

CA

16

CR.

Relatório de Governo Societário

2014

TEATRO
NACIONAL D.
MARIA II,
E.P.E.

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 27 de dezembro de 2016

Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo).....	3
II.	Missão, Objetivos e Políticas	3
III.	Estrutura de capital	11
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas	12
V.	Órgãos Sociais e Comissões	14
A.	Assembleia Geral.....	15
B.	Administração e Supervisão	15
C.	Fiscalização	24
D.	Revisor Oficial de Contas (ROC)	25
E.	Auditor Externo	26
VI.	Organização Interna.....	27
A.	Estatutos e Comunicações	27
B.	Controlo interno e gestão de riscos	27
C.	Regulamentos e Códigos.....	53
D.	Deveres especiais de informação	55
E.	Sítio da Internet.....	56
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral.....	57
VII.	Remunerações	57
A.	Competência para a Determinação	57
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	59
C.	Estrutura das Remunerações	59
D.	Divulgação das Remunerações	65
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras	65
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económicos, social e ambiental ..	67
X.	Avaliação do Governo Societário	70
XI.	Anexos do RGS.....	73

I. Síntese (Sumário Executivo)

De acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o TNDM II deve apresentar anualmente relatório de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas naquele Decreto. Compete aos órgãos de fiscalização aferir no respetivo relatório o cumprimento desta exigência.



No exercício de 2014 o TNDM II manteve em aplicação o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Código de Ética, Regulamento Interno da Estrutura Orgânica, Regulamento Interno de Pessoal e demais procedimentos internos.

Assim, em cumprimento com o estabelecido, apresentamos o presente Relatório que julgamos dar resposta ao exigido.

II. Missão, Objetivos e Políticas

O Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E., designado abreviadamente por TNDM II, é uma entidade pública empresarial sujeita aos poderes de superintendência e tutela dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Cultura, a exercer conjunta e individualmente, nos termos previstos nos seus Estatutos e no regime jurídico do sector empresarial do Estado.

O TNDM II foi constituído por tempo indeterminado, com sede social nas instalações do Teatro Nacional D. Maria II, sito na Praça D. Pedro IV em Lisboa, e é dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Rege-se pelas normas legais que lhe sejam especialmente aplicáveis, pelos seus Estatutos e respetivos regulamentos internos, e subsidiariamente, pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado e demais legislação aplicável às empresas públicas e, na sua falta, pelas normas de direito privado.

Constitui património próprio do TNDM II, o conjunto dos bens e direitos por si adquiridos a qualquer título. Pode administrar e dispor dos bens que integram o seu património, com as limitações constantes no Decreto-Lei n.º 158/2007 de 27 de abril.

O edifício do Teatro Nacional D. Maria II mantém-se no domínio público do Estado e fica afeto ao TNDM II a quem cabe suportar todas as despesas de conservação e beneficiação.

A autonomia do TNDM II, abrange a programação artística e a escolha dos criadores, artistas e técnicos que a asseguram, bem como a definição das estratégias de promoção e comunicação a ela inerentes.

O TNDM II é uma Entidade Pública Empresarial que, no âmbito da sua missão de serviço público e da planificação da atividade plurianual, tem como principais objetivos, os quais estão definidos nos seus Estatutos, em anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2007 de 27 de abril: assegurar a prestação de um serviço público no domínio da atividade teatral, produzindo e apresentando espetáculos segundo padrões de excelência artística e técnica; divulgar a sua atividade junto de vários tipos de público; promover a criação e produção de dramaturgias em língua portuguesa e de obras de referência do repertório universal; contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de educação artística e de formação profissional na área teatral; acolher espetáculos nacionais e estrangeiros que permitam o desenvolvimento de novas estéticas teatrais.

Considerando a importância do teatro na sociedade, o TNDM II tem como prioridade abrir o Teatro à comunidade, atraindo e formando novos públicos, levando a todas as camadas da população atividades culturais e artísticas que elevem os seus padrões de exigência estética e crítica. Não menos importante é a sua responsabilidade institucional, ao proporcionar a criadores, intérpretes e técnicos um espaço privilegiado, que potencie o seu talento e trabalho, facultando-lhes recursos financeiros, técnicos e humanos, contribuindo assim para uma atividade qualificada, que se deseja reconhecida nacional e internacionalmente, capaz de atrair e fidelizar públicos variados.

A atividade do TNDM II tem como horizonte potenciar a relação do Teatro com a cidade de Lisboa e com o país, desenvolvendo a sua obrigação de constituir um polo cultural de qualidade e de promover a cidadania, suscitando, através da dinâmica produzida entre espetáculos e iniciativas paralelas, novos hábitos e necessidades culturais, capacidade de receção, sentido crítico e interesse pelo teatro do público em geral e do público jovem em particular.

Faz, igualmente, parte da sua missão reforçar a itinerância, a internacionalização e o acolhimento de produções nacionais e internacionais, escolhidas pela qualidade e pela atualidade das linguagens envolvidas.

O TNDM II tem por missão a prossecução de fins de interesse público e tem por objeto a prestação de serviço público na área da cultura teatral.

O TNDM II, E. P. E., pode exercer acessoriamente outras atividades relacionadas com o seu objeto principal, nomeadamente a prestação de serviços de consultadoria, solicitados ou contratados por entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. Possui, no âmbito das atividades programadas, capacidade editorial própria para reprodução e transmissão dos bens móveis conexos com a atividade formativa e de divulgação, podendo, designadamente, editar o repertório dramático nacional e internacional, bem como textos ensaísticos, no domínio das artes cénicas, dando prioridade à edição das obras representadas pelo TNDM II, E. P. E.; proceder à venda das respetivas edições, assegurando os direitos editoriais correspondentes; manter um centro de documentação, bem como uma livraria e loja especializadas em teatro.

Para a prossecução dos seus objetivos e como forma de potenciar a capacidade de iniciativa e realização da sua estrutura interna, o TNDM II, E. P. E., pode celebrar com entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, acordos de colaboração técnico-artística.

O cumprimento, nos termos que venham a ser definidos, das obrigações estatutárias, confere ao TNDM II o direito a uma indemnização compensatória de montante a definir anualmente em Resolução de Conselho de Ministros.

As orientações estratégicas para as empresas públicas correspondem ao exercício da função política do Governo que, por resolução do Conselho de Ministros, define e aprova o conjunto de medidas ou diretrizes relevantes para o equilíbrio económico e financeiro do sector empresarial do Estado.

No âmbito do sector empresarial do Estado, as orientações sectoriais são emitidas com base nas orientações estratégicas referidas. A função acionista nas empresas públicas do sector

CP

U
ofeli

empresarial do Estado é exercida exclusivamente pelo membro do Governo responsável pela área das Finanças, com faculdade de delegação, sem prejuízo da devida articulação com o membro do Governo responsável pelo respetivo sector de atividade.

As orientações estratégicas, que competem à tutela das Finanças passam por:

- a) Definição das orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial reportada a cada triénio;
- b) Definição dos objetivos e resultados a alcançar em cada ano e triénio, em especial, os económicos e financeiros;

As orientações sectoriais, que competem exclusivamente à tutela da Cultura, passam por:

- a) Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis ao TNDM II;
- c) Definir os objetivos a alcançar no exercício da respetiva atividade operacional;
- d) Definir o nível de serviço público a prestar e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

As orientações estratégicas e sectoriais vinculam os titulares dos cargos de administração das empresas públicas, nos termos previstos no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.

Não tendo sido celebrado o Contrato Programa entre o Estado e o TNDM II desde 2009, os objetivos e metas apresentados têm sido definidos em sede do Plano de Atividades e Orçamento.

São quatro as perspetivas por que se rege a ação da Administração do TNDMII: a do cliente, a da promoção da imagem e atividade do TNDM II, a da otimização e qualificação dos recursos humanos e a financeira. Estas quatro perspetivas resultam em 8 linhas de orientação estratégicas.

Em síntese, é possível apontar os resultados mais relevantes deste ano de 2014:

- ✓ Visando o cliente, os objetivos que consistiram em garantir padrões de excelência, manter o volume da atividade artística, captar novos públicos e assumir iniciativas de responsabilidade social, foram prosseguidos através dos seguintes aspetos:
  - A qualidade da programação, a extensão temporal da carreira dos espetáculos e sua articulação com as atividades complementares promovidas pelo programa TEIA;
  - A adequação da promoção e divulgação da diferente atividade desenvolvida nos três espaços do Teatro a diversos públicos-alvo;
  - A existência de condições especiais e diversificadas no acesso às atividades, expressas no preçário em vigor;
  - A atualização da base de dados de contatos privilegiados do TNDM II com vista a uma cada vez mais eficaz comunicação da atividade do Teatro;

- ✓ Por seu turno, tendo como objetivo promover a imagem e a atividade do TNDM II, procedeu-se:
  - À continuidade estratégica nas redes sociais;
  - À especificação dos conteúdos de cada ação nos diferentes meios selecionados para a comunicação dos projetos;
  - À dinamização da Biblioteca|Arquivo e Livraria;
  - À continuidade do projeto editorial;
  - À promoção da digressão de espetáculos produzidos, ou coproduzidos pelo TNDM II.

- ✓ Quanto à perspetiva otimização e qualificação dos recursos humanos, procedeu-se:
  - À promoção de formação profissional, através de ações pontuais;
  - À promoção de uma atividade semanal continuada de âmbito físico, mental e energético, através de aulas de IOGA, orientadas no Salão Nobre por um mestre, e especialmente destinada aos seus colaboradores, proporcionando-lhes uma melhor qualidade do ambiente de trabalho.

A ampla participação de todos os trabalhadores, as oportunidades de troca de pontos de vista, a discussão do funcionamento individual e coletivo, bem como a compreensão dos benefícios das boas práticas, criaram uma dinâmica que fortaleceu, como se esperava, o funcionamento transversal das equipas do Teatro e conduz a médio prazo a uma maior eficiência e produtividade da organização.

✓ Quanto à perspectiva financeira, apesar das dificuldades em gerir o Teatro sem um autofinanciamento adequado, e na dependência de verbas a atribuir pelas suas tutelas, foi possível apresentar bons resultados, comparando com as metas estabelecidas, traduzidos nos seguintes indicadores:

- Cobertura dos Custos da Programação através de Venda de Bilheteiras (28,9% vs. uma meta de 19,4%);
- Vendas nas Livrarias, que apesar de inferiores à meta estabelecida, no que diz respeito às Edições, mas superiores nos Outros livros, obteve, no global um desvio favorável de 2,7%, o que em termos de unidades representa um desvio favorável de 19,9%;
- Controlo de Custos e Resultados de Exploração (referenciado através da redução de CMVMC + FSE + Gastos com o Pessoal, e EBITDA), todos com um desvio favorável, face ao expectável;
- Aumento da credibilidade com Terceiros (PMP=26 dias).

Em resumo, apresenta-se o Quadro de Bordo com os objetivos e metas estabelecidos para 2014 e grau de cumprimento. A maior parte dos desvios desfavoráveis verificados prende-se com a atual conjuntura de crise económica e financeira, a qual tem-se vindo a sentir nos último anos e que se prevê continuar por outros tantos, agravando as dificuldades dos cidadãos. Não havendo hábitos culturais enraizados na sociedade portuguesa, as limitações orçamentais fazem com que a cultura seja sempre uma escolha não prioritária. Como tal, qualquer medida de correção é de difícil aplicação e mensuração. Continuar-se-á a proporcionar o acesso às nossas atividades a todos os cidadãos e grupos sociais e em apostar no público infanto-juvenil e nas digressões, sempre tendo em conta a nossa responsabilidade social, a nossa missão e serviço público.

Estratégias	Indicadores Comuns	Identidade	Indicadores Específicos	Metas Objetivos 2014	Unid.	Real 2014	Desvio 2014	Desvio	%
LOE 2 - Manutenção de Volume de Atividade artística	N.º de Espetáculos	Sala Garrett	N.º Sessões	138	Unid.	129	-9	-6,5%	
		Sala Estúdio	N.º Sessões	137	Unid.	138	1	0,7%	
		Salão Nobre e Outros Locais	N.º Sessões	217	Unid.	362	145	66,8%	
	N.º de Espetadores	Sala Garrett	Entradas Pagas	21 059	Unid.	21 483	424	2,0%	
			Entradas Livres	6 500	Unid.	9 547	3 047	46,9%	
		Sala Estúdio	Entradas Pagas	3 644	Unid.	5 027	1 383	38,0%	
			Entradas Livres	2 500	Unid.	2 540	40	1,6%	
		Salão Nobre e Outros Locais	Entradas Pagas	893	Unid.	3 503	2 610	292,3%	
			Entradas Livres	3 400	Unid.	21 816	18 416	541,6%	

Fonte: Departamento de Relações Externas, Direcção de Documentação e Património

Estratégias	Indicadores Comuns	Identidade	Indicadores Específicos		Metas Objetivos 2014	Unid.	Real 2014	Desvio 2014	Desvio	%
LOE 3 - Captação de Novos Públicos e Alargamento ao Público Escolar	N.º de Espetadores	TNDMII	Público em Geral	Entradas Pagas	22 096	Unid.	26 407	4 311	19,5%	
				Entradas Livres	11 300	Unid.	33 519	22 219	196,6%	
			Público Escolar	N.º Alunos	Entradas Pagas	3 500	Unid.	3 606	106	3,0%
				N.º Alunos	Entradas Livres	700	Unid.	59	-641	-91,6%
				N.º Professores	Entradas Livres	400	Unid.	325	-75	-18,8%
			N.º de registos da base de dados de contactos		9 000	Unid.	8 525	-475	-5,3%	

Fonte: Departamento de Relações Externas, Direcção de Documentação e Património

Estratégias	Indicadores Comuns	Identidade	Indicadores Específicos	Metas Objetivos 2014	Unid.	Real 2014	Desvio 2014	Desvio %
LOE 4 - Iniciativas de Responsabilidade Social	Programa de Voluntariado	TNDMII	N.º Voluntários	20	Unid.	31	11	55,0%
	Programa de Estágios	TNDMII	N.º Estagiários	14	Unid.	31	17	121,4%
	Alunos carenciados	TNDMII	Bilhete de 1€ (25% do bilhete para escolas)	400	Unid.	815	415	103,8%
	Séniore	TNDMII	N.º de Espectadores séniores	2 000	Unid.	2 390	390	19,5%
	Necessidades Especiais	TNDMII	N.º de Espectadores com necessidades especiais	300	Unid.	167	-133	-44,3%

Fonte: Departamento de Relações Externas, Direcção de Documentação e Património

Estratégias	Indicadores Comuns	Identidade	Indicadores Específicos		Metas Objetivos 2014	Unid.	Real 2014	Desvio 2014	Desvio	%
LOE 5 - Promoção da Imagem do Teatro e Atividade: Edições/Biblioteca Arquivo/Acervo Patrimonial/site do TNDM II	Edições	TNDMII	N.º Publicação de Textos Teatrais		3	Unid.	3	0	0,0%	
			N.º Publicação de Estudos		4	Unid.	2	-2	-50,0%	
			Vendas na Livraria	Edições	250	Unid.	166	-84	-33,6%	
				Outros	1 300	Unid.	1 692	392	30,2%	
	Biblioteca Arquivo	TNDMII	catálogo bibliográfico	média mensal de utilizadores	1 500	Unid.	4 591	3 091	206,1%	
			Biblioteca Arquivo	N.º Utilizadores	100	Unid.	159	59	59,0%	
				N.º de Empréstimos	20	Unid.	21	1	5,0%	
				N.º de pedidos respondidos	120	Unid.	151	31	25,8%	
				N.º de obras consultadas	750	Unid.	620	-130	-17,3%	
				N.º de reproduções vendidas	200	Unid.	820	620	310,0%	
				N.º de registos bibliográficos normalizados criados	3 000	Unid.	3 105	105	3,5%	
	Acervo Patrimonial	TNDMII	N.º de registos em base de dados de Adereços		50	Unid.	176	126	252,0%	
			N.º de registos em base de dados de Guarda-Roupa		360	Unid.	304	-56	-15,6%	
	Site do TNDM II	TNDMII	média mensal de acessos/visitantes		12 500	Unid.	17 698	5 198	41,6%	

Fonte: Direcção de Documentação e Património, Direcção Administrativa e Financeira

Estratégias	Indicadores Comuns	Identidade	Indicadores Específicos		Metas Objetivos 2014	Unid.	Real 2014	Desvio 2014	Desvio %
LOE 7 - Manutenção de Receitas Próprias	Peso do Esforço Financeiro Público	TNDMII	Indemnização Compensatória/Proveitos		74,0%	%	74,3%	-20,00	0,3%
	Volume de Negócios	TNDMII	Vendas de Bilheteira/Custo Programação		19,4%	%	28,9%	-9,50	9,5%
			Vendas na Livraria	Edições	1 400,00	€	1 580,74	180,74	12,9%
				Outros	10 000,00	€	14 872,28	4 872,28	48,7%
			Mecenato		25 000,00	€	2 500,00	-22 500,00	-90,0%
LOE 8 - Controlo de Custos e Aumento de Produtividade	Gastos Operacionais	TNDMII	CMVMC + FSE + DP		4 010 445,25	€	3 771 784,82	-238 660,43	-6,0%
	Resultados de Exploração	TNDMII	EBITDA (>0)		190 210,09	€	454 380,40	264 170,31	138,9%
	Rácios	TNDMII	Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Líquido)		80,4%	%	78,6%	-1,80	-1,8%
			VAB = (Vendas + P. Serviços + Prov. Suplementares + Subsídios à Exploração) – (CMVMC + FSE + Impostos + Out.Custos Operac.)		2 558 981,79	€	2 749 998,55	191 016,76	7,5%
			Rácio de produtividade VAB / Empregados		31 207,10	€	31 609,18	402,08	1,3%
			Prazo médio de Fornecedores [Fornecedores/Compras]*365 evolução (dias) face a ano anterior		30	dias	26	-4	-13,3%

Fonte: Direcção Administrativa e Financeira

III. Estrutura de capital

Em 2007, aquando da transformação do TNDM II, S.A. para TNDM II, E.P.E., foram transformados em capital estatutário inicial, integralmente realizado pelo Estado, os 1.000.000 euros do capital social já realizado do TNDM II, S.A..

O capital estatutário pode ser aumentado ou reduzido por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura.

Há a referir a redução prevista do capital estatutário para 200.000 euros, em resultado da nomeação de um único administrador, conforme estabelecido nos Estatutos do TNDM II, nos artigos 4º e 5º, Capítulo I, Anexo III, do Decreto-Lei n.º 208/2012 de 7 de setembro, e conforme

o n.º 2 do art. 390º do Código das Sociedades Comerciais, que ficou sem efeito por via da suspensão deste Decreto-Lei desde 2013 e, agora, em 2014.

O TNDM II, E.P.E. é detido na sua totalidade pelo acionista Estado – Direção Geral do Tesouro e Finanças, não existindo quaisquer acordos parassociais.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

O TNDM II, bem como os seus órgãos sociais (Conselho de Administração e Fiscal Único), não são titulares, direta ou indiretamente, de participações noutras entidades.

Os membros do Conselho de Administração não detêm qualquer participação em entidades de natureza associativa ou fundacional e não prestaram quaisquer garantias financeiras ou assumiram dívidas ou passivos de outras entidades.

Os membros dos órgãos da administração e de fiscalização não detêm quaisquer ações e obrigações.

Desde 2011 que passou a vigorar o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, em cumprimento com a Recomendação n.º 1/2009 de 1 de julho de 2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, entidade administrativa independente, a funcionar junto do Tribunal de Contas, que desenvolve uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas. O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi elaborado tendo em conta essas Recomendações e considerando a importância em consolidar o Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E. (TNDM II) num regime articulado e coerente de boas práticas da sua gestão e administração. Adicionalmente, em 2013, pela Recomendação n.º 5/2012 do CPC, de 7 de novembro, passou a contemplar os mecanismos de acompanhamento e gestão de conflitos de interesse. O Plano foi atualizado em dezembro de 2014.

Neste Plano, estão identificados os principais riscos, mensurados como Fracos, Moderados e Elevados; as Medidas Preventivas e os Mecanismos de Controlo Interno. Foi ainda estabelecido que será subscrito, por todos os trabalhadores, declarações de inexistência de conflitos de interesse relativamente a cada procedimento que lhe seja confiado no âmbito das suas funções e no qual, de algum modo, tenha influência e, ainda, subscrito, por todos os funcionários que se encontrem em regime de acumulação de funções, declaração atualizada em que assumam de forma inequívoca que as funções acumuladas não colidem sob forma alguma com as funções públicas que exercem, nem colocam em causa a isenção e o rigor que deve pautar a sua ação.

Ao nível do Conselho de Administração (CA), enquanto Medidas de Prevenção, este está obrigado a cumprir a legislação, regulamentos, regras e orientações, bem como sujeito à fiscalização e superintendência, tais como: Deveres e obrigações previstos no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março); Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (Lei n.º 64/1993 de 26 de agosto); Princípios consagrados na «Carta Ética da Administração Pública - Dez princípios éticos da Administração Pública», tais como da legalidade, da justiça, da imparcialidade, da lealdade e da integridade; Obrigações e deveres de informação e prestação de contas consagrados na lei e nos Estatutos do TNDM II; Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética TNDM II e normas de conduta aprovadas pelo Conselho de Administração que se encontram vertidas nos Regulamentos Internos em vigor; Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei; Legislação em vigor relativa a recursos humanos e trabalho; Regulamentos internos e Código de Ética e Normas de Conduta; os membros do Conselho de Administração abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas; obrigatoriedade de 2 assinaturas para despesas das rubricas de Investimento, Pessoal e despesas superiores a 5.000€; Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor; Reuniões regulares do CA; Superintendência e tutela das Finanças e Cultura; Audiência e pedido de pareceres do jurista e/ou TOC e/ou ROC.

Os membros do Conselho de Administração abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. As despesas realizadas por cada elemento do Conselho de Administração são aprovadas pelos restantes elementos desse Conselho.

CP
le
Abeli

Todos os membros do Conselho de Administração são membros executivos. No âmbito das suas funções os membros do Conselho de Administração cumpriram as suas obrigações junto da Procuradoria-Geral da República e do Tribunal Constitucional, no início do seu mandato, não tendo contudo remetido ao Inspeção-Geral das Finanças, nem ao órgão de fiscalização, as declarações obrigatórias no âmbito da prevenção de conflitos de interesse, nomeadamente quanto à detenção de quaisquer participações patrimoniais, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes ou quaisquer outros parceiros de negócio. A referida obrigação foi sanada a 17 de outubro de 2016 e figurará em anexo a este relatório.

Os membros do conselho de administração não exercem simultaneamente cargos noutras empresas, dentro ou fora do grupo, ou outras atividades relevantes no exercício.

V. Órgãos Sociais e Comissões

O TNDM II, enquanto empresa pública, assume um modelo de governo societário que assegura a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização.

No quadro das orientações estratégicas e assim que definidas as orientações sectoriais e objetivos, e aprovados os planos de atividades e orçamento, o titular da função acionista, no caso o membro do Governo com a tutela das Finanças, abstém-se de interferir na atividade prosseguida pelo Conselho de Administração do TNDM II.

Em 2014, o órgão de administração do TNDM II integra três membros (dois homens e uma mulher), respeitando sempre a presença plural de homens e mulheres na sua composição.

Com a publicação, em 2013, do novo regime que define os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, o Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, o Conselho de Administração deverá integrar sempre um elemento designado ou proposto pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, que deve aprovar expressamente qualquer matéria cujo impacto financeiro na empresa pública seja superior a 1 % do ativo líquido. A DGTF deve estar representada no órgão de administração das empresas públicas, através de um ou mais membros

não executivos, não se aplicando neste caso o disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.

O TNDM II não adotou nenhuma das modalidades previstas nas alíneas b) ou c) do n.º 1 do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais, sendo as funções de fiscalização asseguradas por um Fiscal Único.

De acordo com o artigo 5º dos Estatutos, o TNDM II, E.P.E. tem como órgãos sociais o Conselho de Administração e o Fiscal Único, com as competências fixadas na lei e nos referidos Estatutos.

A. Assembleia Geral

Não existe Assembleia Geral, pois de acordo com os Estatutos, são Órgãos Sociais do TNDM II:

- O Conselho de Administração
- O Fiscal Único

B. Administração e Supervisão

O Teatro Nacional D. Maria II é, desde 27 de Abril de 2007 (Decreto-Lei nº 158/2007), uma Entidade Pública Empresarial que assegura um serviço público na área da criação teatral. O TNDM II, rege-se pelas normas legais que lhe sejam especialmente aplicáveis, pelos seus Estatutos e respetivos regulamentos de execução, e subsidiariamente pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado e demais legislação aplicável às empresas públicas e, na sua falta, pelas normas de direito privado.

São órgãos do TNDM II, E. P. E., com as competências fixadas na lei e nos Estatutos, o Conselho de Administração e o Fiscal Único. A estrutura orgânica da TNDM II, integra, obrigatoriamente, as funções de Diretor Artístico. De acordo com os nºs 1 e 6 do artº6 dos Estatutos do TNDM II, o Conselho de Administração é composto por 3 elementos (um presidente e dois vogais) com mandatos com a duração de três anos, renovável por iguais períodos.

O Conselho de Administração é composto pelo presidente e dois vogais. Os membros do Conselho de Administração são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da cultura e das finanças. O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de três anos, sendo renovável por iguais períodos, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição. Um dos membros do Conselho de Administração pode assumir as funções de Diretor Artístico, mediante despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Cultura e das Finanças.

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
02/12/2011-09/01/2015	Presidente do CA	Carlos Vargas	RCM nº 21/2011, de 02.12	1	
02/12/2011-09/01/2015	Vogal do CA	António Pignatelli	RCM nº 21/2011, de 02.12	1	
02/12/2011-09/01/2015	Vogal do CA	Sandra Simões	RCM nº 21/2011, de 02.12	1	

Todos os membros do Conselho de Administração são membros executivos.

Os membros do conselho de administração não exercem simultaneamente cargos noutras empresas, dentro ou fora do grupo, ou outras atividades relevantes no exercício.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, quinzenalmente e extraordinariamente sempre que convocado pela presidente ou por solicitação de dois membros do conselho de administração ou do Fiscal Único, sem prejuízo de fixação pelo conselho, de calendário de reuniões com maior frequência. De todas as reuniões são lavradas as respetivas atas. Desde o início do seu mandato que todos os membros compareceram, sem falta, a todas as reuniões efetuadas, tendo sido realizadas em 2014 um total de 34 reuniões.

Nos termos dos Estatutos, não existem quaisquer comissões no âmbito do Conselho de Administração.

O Presidente do Conselho de Administração, Dr. Carlos Vargas exerce funções de docente na Universidade Nova de Lisboa. O Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, que aprova o estatuto do gestor público, exclui do regime de exclusividade dos gestores públicos com funções executivas

as atividades de docência em estabelecimentos de ensino público ou de interesse público. Porém, quando não conste do respetivo contrato de gestão, a possibilidade de acumulação dessas funções depende de autorização, por despacho conjunto, do membro do Governo responsável pela área das finanças e do membro do Governo responsável pelo respetivo sector de atividade (art. 20º, nº 3, al. c). Porque se reveste de interesse público a sua ligação à universidade e a atividade docente que aí vinha exercendo, porque essa atividade docente não colide com o cabal exercício do seu cargo no TNDM II e porque não existe contrato de gestão, para os efeitos da citada norma da alínea c) do nº 3 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 71/2007, submeteu à consideração das tutelas autorização para manter a atividade docente, tendo esta sido autorizada.

Em 2014 a distribuição de funções e responsabilidades era a seguinte:

- O Presidente, Carlos Manuel dos Santos Vargas, responsável pela coordenação das áreas das Direções de Relações Externas e Frente da Casa, Comunicação e Imagem, Produção, Cena e Técnica.
- O Vogal, António Maria Trigo de Lemos Taborda Pignatelli, responsável pela coordenação das Direções de Documentação e Património, sendo a Direção de Manutenção e a Direção Administrativa e Financeira coordenada, em partilha, com a Vogal Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões.
- A Vogal, Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões, é responsável pela coordenação, em partilha com o Vogal António Maria Trigo de Lemos Taborda Pignatelli, da Direção de Manutenção e da Direção Administrativa e Financeira.

Mais deliberou o Conselho de Administração, delegar as seguintes competências em cada um dos seus membros e no âmbito dos respetivos pelouros:

Em matéria de assunção de encargos e realização de despesas:

- ✓ Atos de execução do Plano de Atividades aprovado pelo Conselho de Administração, desde que as respetivas verbas se encontrem inscritas no Orçamento Anual em rubricas

próprias, até ao limite de €10.000,00 (dez mil euros) e sem recurso ao desdobramento do valor;

- ✓ Fazer depender da assinatura de dois membros do Conselho de Administração a prática de atos de execução do Plano de Investimento aprovado pelo Conselho de Administração, desde que as respetivas verbas tenham cobertura orçamental;
- ✓ Manter na exclusiva competência do Conselho de Administração:
- ✓ Atos de assunção de encargos superiores a €10.000,00 (dez mil euros) e todos os de carácter plurianual;
- ✓ As transferências de verbas entre rubricas orçamentais;
- ✓ O desenvolvimento técnico e gestão de recursos humanos incluindo a contratação de pessoal;
- ✓ No sentido de agilizar e desburocratizar procedimentos, o Conselho de Administração deliberou delegar, em cada um dos seus membros, competência para autorizar, isoladamente, despesas até ao montante de €5.000,00 (cinco mil euros) e designadamente nos procedimentos sob o regime simplificado, previsto no art.º 128º do Código dos Contratos Públicos.

Foi delegada no Presidente do Conselho de Administração, a competência para a prática de quaisquer atos da competência de outro membro do Conselho que se encontre ausente ou impedido do exercício das suas funções.

Depende de autorização do Conselho, sob proposta fundamentada de qualquer dos seus membros, qualquer subdelegação de competências.

Nenhum dos membros do Conselho de Administração tem relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto, sendo que o Estado é o único detentor de capital estatutário.

A avaliação do desempenho dos administradores e da qualidade da gestão compete às tutelas das Finanças e Cultura. Esta tem sido efetuada em sede de aprovação dos Relatórios e Contas, através de votos de confiança.

As empresas públicas estão submetidas à jurisdição e ao controlo exercido pelo Tribunal de Contas, nos termos da lei, e estão igualmente submetidas ao controlo da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), nos termos da lei.

Presidente CA - Carlos Manuel dos Santos Vargas

Data de nascimento: 29 de Setembro de 1966

Formação académica:

Doutorando em Ciência Política, especialidade de Políticas Públicas, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Licenciatura em Línguas e Literaturas Clássicas, pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa (1991 -1995);

Engenheiro de máquinas pelo Instituto Militar dos Pupilos do Exército (1984 -1987);

Estudos secundários no Instituto Militar dos Pupilos do Exército (1976 -1983).

Experiência profissional:

Assessor da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República (Junho de 2010 -Agosto 2011);

Vogal do conselho de administração do OPART, E. P. E. (2007 -2010);

Vogal do conselho diretivo do Teatro Nacional de São Carlos (2004 -2007);

Subdiretor da Companhia Nacional de Bailado (1997 -2004);

Administrador liquidatário do Instituto Português do Bailado e da Dança (1998 -2001);

Vogal da comissão executiva do Instituto Português do Bailado e da Dança (1996 -1998);

Membro do conselho geral do INATEL, em representação do Ministério da Cultura (1997 -2000);

Membro do conselho de fundadores da Fundação de São Carlos, em representação do Ministério da Cultura (1995 -1998);

Adjunto do Secretário de Estado da Cultura, Prof. Doutor Rui Vieira Nery, no XIII Governo Constitucional (1995 -1996).

Docência:

Assistente convidado do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito do programa de mestrado Práticas Culturais para os Municípios.

Conferencista convidado do ISCTE/ IUL, no âmbito do programa de mestrado em Gestão Cultural.

Vogal do CA - António Maria Trigo de Lemos Taborda Pignatelli

Data de nascimento: 24 de Março de 1960

Formação académica:

Licenciado em Direito.

Experiência profissional:

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura:

Desde 1 de Outubro de 2011, nomeado, em regime de comissão de serviço mediante cedência de interesse público da Câmara Municipal de Lisboa, colaborador especialista na área jurídica do Gabinete do Secretário de Estado da Cultura.

Câmara Municipal de Lisboa:

Técnico superior (jurista), desde de 13 de Outubro de 2006, na Direção Municipal de Projetos e Obras/ Departamento de Empreitadas, Prevenção e Segurança — DMPO/DEPS, atualmente, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Direção -Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde (DGIES):

Chefe de divisão do Gabinete Jurídico, de Junho de 1995 a Outubro de 2006;

Técnico superior assessor principal, a partir de Julho de 2006;

Técnico superior de 1.ª classe, de Janeiro de 1992 a Junho de 1995;

Técnico superior de 2.ª classe, de Janeiro de 1989 a Janeiro de 1992;

Hospital de Santa Cruz — Carnaxide: técnico superior de 2.ª classe, de Março de 1987 a Dezembro de 1988; Advocacia: atividade forense, em escritório próprio, a partir de Outubro de 1984, onde realizou o seu estágio (presentemente a atividade está suspensa).



Atividades recreativas, desportivas, políticas e culturais:

Direção do Grupo Dramático Ramiro José, de 1987 -1988 a 1989 -1990 (inclusive);

Vice -presidente para as atividades administrativas;

Vice -presidente para as atividades desportivas;

1.º Secretário da assembleia geral;

Presidente da Assembleia da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, para o mandato de 1990 - 1994;

Chefe de reportagem do jornal e revista *Século de Joanesburgo*, em 1993.

Vogal do CA – Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões

Data de nascimento: 30 de Outubro de 1971

Formação académica:

Licenciatura em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Atividade profissional:

Maio de 1996: ingresso na Câmara Municipal de Lisboa, em regime de contrato de prestação de serviços na área de economia;

Janeiro de 1998: passa a exercer funções como técnica superior de 2.ª classe (economia, finanças e gestão), com contrato de trabalho a termo certo, tendo entrado para o quadro, como técnica

superior de 2.ª classe (economia, finanças e gestão), em Maio de 2000, sendo promovida a técnica superior de 1.ª classe (economia, finanças e gestão) em Fevereiro de 2002 e a técnica superior principal (economia, finanças e gestão) em Fevereiro de 2007. Desde Janeiro de 2009, por transição legal, integra a carreira e categoria de técnica superior em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;

Maio de 1996 a Março de 2001: exerce funções na área económica e financeira, no Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos (DHURS), no Núcleo de Planeamento, Controlo e Qualidade;

Março de 2001: designada coordenadora do Núcleo de Gestão Orçamental e Aprovisionamentos, estando afeto a este núcleo o armazém do Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos (DHURS);

Setembro de 2003: exerce funções de coordenação do Núcleo de Contabilidade do DHURS, agregado e inserido no Núcleo de Gestão Orçamental e Aprovisionamentos, o qual coordena;

2004: colabora na introdução do sistema de controlo interno no Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos (DHURS), projeto pioneiro ao abrigo do POCAL;

2005 a Abril de 2009: cumulativamente com o cargo de coordenação, no Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos (DHURS), exerce funções de assessoria financeira da Direção Municipal de Ambiente Urbano (DMAU). Integra ainda a equipa de qualidade para implementação, no DHURS, do sistema de gestão de qualidade, ao abrigo da ISO 9001:2000. Desde Janeiro de 2006, passou, ainda, a exercer funções de oficial pública. Em 2006, integra o projeto de gestão de aprovisionamento e centralização de compras da Câmara Municipal de Lisboa, com implementação do processo de compras em SAP SRM e aplicação da plataforma eletrónica de contratação pública. Em 2008, é nomeada para coordenar os trabalhos, ao nível da Direção Municipal de Ambiente Urbano (DMAU), de reanálise dos regulamentos, taxas e preços, ao abrigo do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53 -E/2006, de 29 de Dezembro);

Outubro de 2010: passa a exercer funções no Núcleo de Controlo e Gestão da Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), na área de gestão orçamental, elaboração de orçamento e plano de atividades, relatório anual de atividades, balanço social e outros relatórios relativos à área de recursos humanos, dando ainda apoio na área da contratação pública.

1 Julho de 2011: nomeada, em regime de comissão de serviço, na sequência de procedimento concursal, Diretora de Serviços de Gestão de Recursos da Inspeção Geral das Atividades Culturais.



5 Julho 2011: nomeada, em regime de comissão de serviço, mediante cedência de interesse público da Inspeção Geral de Atividades Culturais, como Colaboradora/Especialista na área financeira no Gabinete do Secretário de Estado da Cultura.



Outras atividades:

Agosto a Setembro de 1994: elaboração de projetos de investimento no âmbito da CEE;

Setembro a Dezembro de 1994: estágio na área de cobranças no Grupo Aliança UAP;

1995-1996: autora e coordenadora de projetos ambientais aprovados e financiados pela Comunidade Económica Europeia, no âmbito da associação A Rocha — Associação Cristã de Estudos e Defesa do Ambiente, Mexilhoeira, Ria Formosa, Algarve, tendo participado em reuniões com a Administrateur principal da Direcção Générale XVI — Politiques Régionales, em Bruxelas;

Janeiro de 1995 a Abril de 1996: estágio na empresa TECOPAL — Assistência Técnica e Comercial de Máquinas Industriais de Pombal, Lda., na Zona Industrial de Pombal, estágio, com duração de 12 meses, na área financeira, no âmbito do Programa Jovens Técnicos para a Indústria, tendo sido posteriormente contratada;

Janeiro a Março de 2000: consultoria e apoio técnico aos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa (SSCML), relativamente à aplicação do novo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos

C. Fiscalização

As funções de fiscalização são asseguradas por um Fiscal Único, que é o nosso Revisor Oficial de Contas.

De acordo com os Estatutos, o TNDM II não possui Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras.

O Fiscal Único é também o ROC da Sociedade. Consequentemente, não lhe é aplicável a exigência de menção dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas. Naturalmente que, tratando-se de uma SROC, a sua atividade envolve a prestação de serviços de revisão legal de contas à sua carteira de clientes.

O Fiscal Único não exerce outras funções do TNDM II.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2007-2009	Efetivo	Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda. (SROC n.º 191) representada pelo Dr. Vitor Manuel Batista de Almeida (ROC n.º 691)	DC MEF/MC de 13/07/2007	3	Nº de anos de prestação de serviços. Tem sido renovado tacitamente devido a ausência de renomeação ou substituição
	Suplente	Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda. (SROC n.º 191) representada pelo Dr. António José Pires Brito da Cruz, ROC nº 714			

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto (€) ⁽²⁾
2007-2009	Efetivo	Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda. (SROC n.º 191) representada pelo Dr. Vitor Manuel Batista de Almeida (ROC n.º 691)	15 930,00	15 930,00

Legenda: (1) Valor Bruto Anual fixado; (2) Antes de reduções remuneratórias; deve incluir as despesas de representação

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)



De acordo com os Estatutos, o Fiscal Único (ROC) é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do TNDM II. Os estatutos do Teatro estabelecem, no seu artigo 13º que “o Fiscal Único é nomeado por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura, escolhido obrigatoriamente de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas, por um período de três anos, apenas renovável uma vez”.



A remuneração do Fiscal Único é fixada no despacho referido anteriormente.

O Fiscal Único tem sempre um suplente, que é igualmente revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas. Cessando o mandato, o Fiscal Único mantém-se em exercício de funções até à posse do respetivo substituto.

A remuneração foi fixada em 25% da quantia correspondente a 12 meses do vencimento base mensal ilíquido atribuído, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração, conforme Despacho Conjunto do Ministro das Finanças e da Administração Pública e da Cultura de 13 de julho de 2007.

O Fiscal Único exerceu o mandato designado pelo Despacho Conjunto de 13 de julho de 2007, com início em 2007 e término em 2009, tendo sido renovado tacitamente no período de 2010 a 2014, devido à ausência de renomeação ou substituição, exercendo funções consecutivamente há 8 anos.

Fiscal Único – Dr. Vitor Almeida (efetivo)

Data de Nascimento:

14 de Julho de 1956

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas. ISCTE, 1976/81, 16 valores de média final.

Atividade Profissional:



Revisor Oficial de Contas, Sócio da Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda. Responsável pela coordenação e realização de trabalhos de Auditoria e Revisão Legal das Contas em diversas empresas do sector público e privado, designadamente entidades e empresas inseridas nos sectores hospitalar, noticioso, construção civil e obras públicas e particulares, cultura e recreio, teatro, imobiliário, indústria química, indústria gráfica, logística, gestão de espaços comerciais e sociedades gestoras de participações sociais.

Docente Universitário no ISCTE, responsável pela disciplina de Auditoria Financeira, lecionando nas áreas de licenciatura e mestrados.

Consultor do Ministério das Finanças no domínio das Parcerias Público Privadas. Membro de Comissões de Avaliação, de Acompanhamento e de Renegociação de PPP, em representação do Ministro das Finanças.

Quadro da Inspeção Geral de Finanças de 1983 a 1998, tendo ocupado funções dirigentes desde 1989.

Presidente do Conselho Diretivo da Administração Geral Tributária de 2000 a 2003.

Consultor internacional com diversos trabalhos desenvolvidos em Angola, Cabo Verde e Moçambique, alguns deles patrocinados pelo Banco Mundial.

Formador junto de diversas entidades públicas e privadas.

Membro do Júri de exame para inscrição na Lista de Revisores Oficiais de Contas.

Membro da Comissão Técnica das Entidades não Financeiras da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

E. Auditor Externo

O Teatro não tem um auditor externo designado. De acordo com a alínea e) do nº 2 do artº14 dos Estatutos, compete ao Fiscal Único propor a realização de auditorias externas quando tal se mostre necessário ou conveniente. No período em referência, não foi proposta tal medida.

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

Os estatutos do TNDM II, E.P.E atualmente em vigor foram aprovados pelo Decreto-lei n.º 158/2007, de 27 de abril, reprimado pelo artigo 259.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro. A competência para a alteração dos estatutos pertence ao Governo, sob a forma de Decreto-lei.

CPeli

Atento à natureza e objeto social do TNDM II, e com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional, o Teatro possui um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que inclui conflitos de interesses, bem como um Código de Ética.

B. Controlo interno e gestão de riscos

O sistema de controlo interno do TNDM II desenvolve-se em torno de aspetos administrativos que têm influência direta nos aspetos contabilísticos. Um sistema contabilístico fiável deve estar assente num sistema adequado, e só assim se pode confiar na informação por ele gerada. Informações contabilísticas distorcidas podem levar a conclusões erradas e consequentes tomadas de decisão danosas para a empresa.

Um sistema de controlo interno eficaz ajuda o órgão de gestão a responder a questões associadas a assuntos de interesse estratégico, operacional, e de gestão, entre as quais:

- A atividade está a correr bem ou mal?
- Que problemas devem ser analisados?
- Dos diversos métodos de execução de uma tarefa, qual a mais apropriada?

O processo de controlo interno consistiu em cinco componentes:

- Caracterização da entidade;
- Avaliação de riscos relevantes (tanto internos como das condições envolventes);
- Atividade de controlo (políticas e procedimentos que permitem garantir a observância das orientações da gestão e o alcance dos seus objetivos);

- Informação e comunicação (identificação de informação estratégica e adequabilidade da sua comunicação);

- Acompanhamento do seu próprio desempenho.

Não existe um plano estratégico e de política de risco da sociedade, estando identificado no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas os níveis de risco e principais medidas adotadas. O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, inclui conflitos de interesses, bem como um Código de Ética. Para além disso, as orientações estratégicas e objetivos são identificados e comunicados através do seu Plano de Atividades anual.

Por forma a corresponder aos deveres de informação a que o TNDM II se encontra vinculado pelos seus Estatutos, a informação financeira é divulgada através da plataforma SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económico-Financeira), sendo remetida toda a informação para Ministério das Finanças, Secretário de Estado da Cultura, Tribunal de Contas, Inspeção-Geral de Finanças e Direção-Geral do Tesouro e Finanças. A informação financeira é ainda disponibilizada no site do TNDM II.

O controlo interno consiste na verificação, acompanhamento, avaliação e informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão, relativamente às nossas atividades e projetos.

No TNDM II, a monitorização da existência de um efetivo sistema de controlo interno e propostas de melhoria a esse mesmo sistema é da responsabilidade do Fiscal Único.

i. Princípios estruturantes da organização e funcionamento do TNDM II

O TNDM II na sua organização interna e no funcionamento pauta-se por valores de compromisso, lealdade, profissionalismo e racionalidade na aplicação de recursos, orientação para resultados, evolução e modernização.

ii. Organograma

A direção do TNDM II está a cargo dos seus órgãos: o Conselho de Administração e o Fiscal Único. A sua estrutura orgânica integra ainda o Diretor Artístico.

A estrutura departamental está organizada por direções de serviços que englobam as diferentes áreas funcionais.

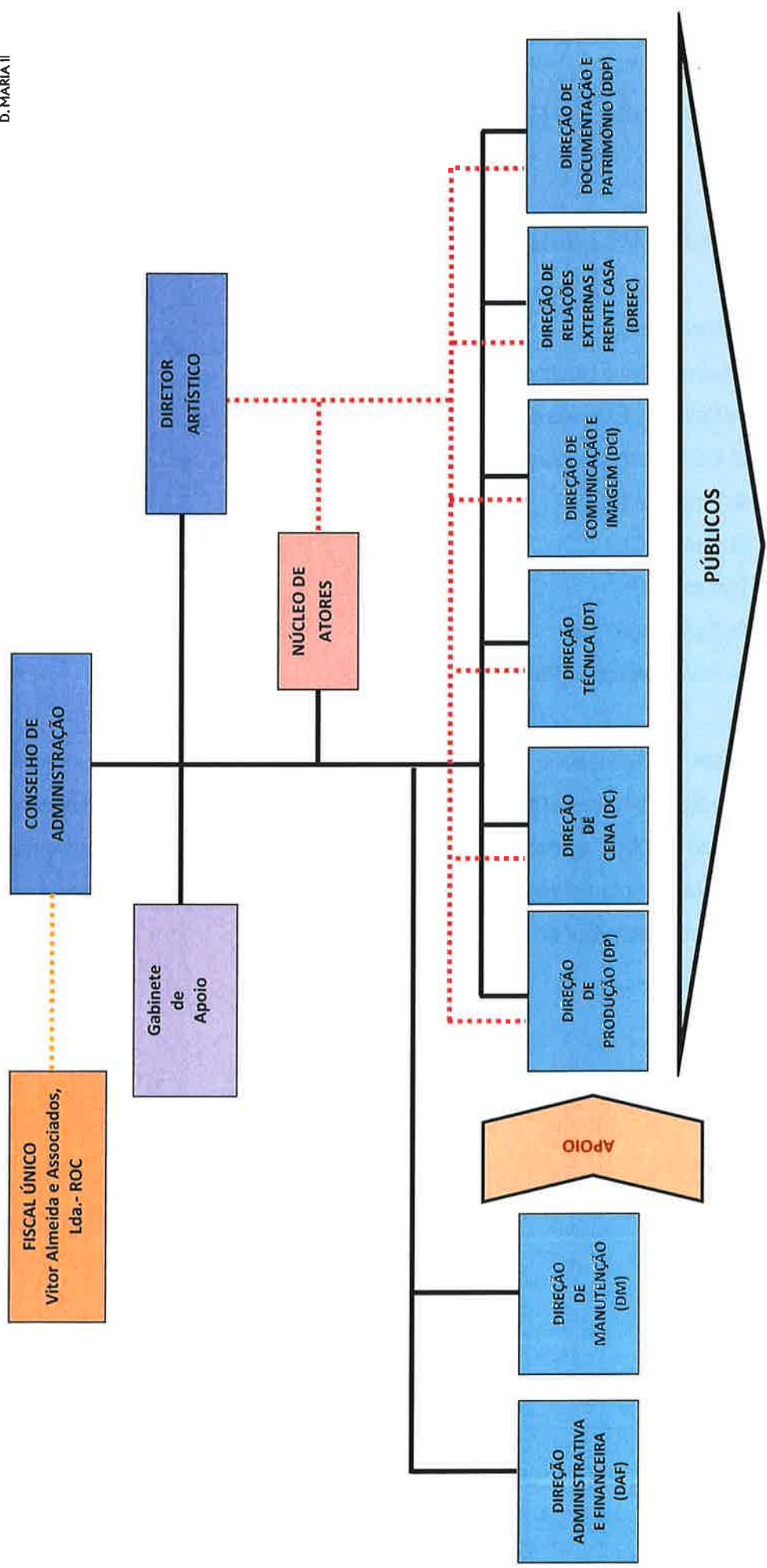
A estrutura orgânica do TNDM II é ainda composta pelas seguintes unidades:

- Núcleo de Atores (NA);
- Direção Administrativa e Financeira (DAF);
- Direção de Relações Externas e Frente de Casa (DREFC);
- Direção de Comunicação e Imagem (DCI);
- Direção de Produção (DP);
- Direção de Cena (DC);
- Direção Técnica (DT);
- Direção de Manutenção (DM);
- Direção de Documentação e Património (DDP).

Em todas as relações institucionais e profissionais entre titulares de órgãos sociais e entre colaboradores, entendendo-se estes últimos como quaisquer pessoas ou entidades que trabalhem ou prestem serviços ao TNDM II, qualquer que seja a natureza da sua relação, bem como entre aqueles e estes, devem sempre ser observados os princípios e regras previstos no Código de Ética e Normas de Conduta em vigor no TNDM II.







iii. Fatores e áreas de risco

A gestão do risco avalia os possíveis cenários e pretende minimizar o impacto negativo resultante da sua concretização. Engloba um conjunto de práticas de identificação, análise, avaliação, tratamento e reporte dos principais riscos, e é parte integrante do estilo de gestão requerido aos seus colaboradores, em linha com as boas práticas e princípios de bom governo e em conformidade com os requisitos legais.

ne
CRB

Em termos públicos, os resultados só têm sentido e utilidade quando servem o fim do Estado: respeitar e realizar o interesse público. Os valores da ética pública consistem em princípios e orientações que permitem ao indivíduo escolher, de entre ações possíveis, as mais adequadas à realização do interesse público.

São vários os fatores que levam a que uma atividade contenha um maior ou menor risco, de entre os quais os seguintes:

- Qualidade de gestão;
- Integridade e ética profissional;
- Qualidade do sistema de controlo interno;
- Motivação dos colaboradores;
- Conjuntura nacional.

Áreas com probabilidade de risco:

- Administração;
- Gestão Patrimonial;
- Gestão Financeira;
- Gestão e Recrutamento de Recursos Humanos;
- Contratação Pública.

No que concerne aos conflitos de interesses, estes envolvem um conflito entre os deveres públicos e os interesses privados. Os conflitos têm de ser identificados e geridos.

Os conflitos que efetivamente comprometem o desempenho dos deveres públicos, constituem já abuso/corrupção/crime. Assim, interessa antecipar e gerir os conflitos eventuais, aparentes e potenciais.

Interesses privados que podem conflitar com o interesse público:

- Interesses económicos;
- Dívidas e bens;
- Benefícios pessoais diretos;
- Atividades privadas ou concorrenciais;
- Filiações políticas;
- Ligação a grupos de interesse;
- Interesses familiares;
- Ligações com pessoas envolvidas em processos;
- Negociações de futuros empregos.

Maioria dos problemas éticos:

- Favorecimento de interesses pessoais, familiares, políticos, económicos ou de outros grupos de identificação;
- Divulgação de informação confidencial;
- Uso de informação privilegiada;
- Uso de facilidades do serviço para benefício pessoal;
- Uso indevido da posição e de facilidades profissionais;
- Aceitação indevida de ofertas;
- Faltas de honestidade nas despesas suportadas pela instituição pública.

Áreas de risco:

- Contratação Pública;
- Acumulação de funções;
- Recrutamento e promoções;
- Funções de regulação e inspeção;
- Licenciamentos e Gestão Patrimonial;



O Conselho de Prevenção da Corrupção recomenda que os gestores e órgãos de direção de todas as entidades do Sector Público, incluindo os que a qualquer título ou sob qualquer forma tenham de gerir dinheiros, valores ou património públicos, criem e apliquem nas suas organizações medidas que previnam a ocorrência de conflitos de interesses, tais como:



Medidas	Cumprido				
	S	N	n.a.	a aplicar	a atualizar
Manuais de boas práticas e códigos de conduta relativamente a todas as áreas de atuação, incluindo o período que sucede ao exercício de funções públicas, em conformidade com o quadro legal e os valores éticos da organização	X				X
Identificação de potenciais situações de conflitos de interesses relativamente a cada área funcional da sua estrutura orgânica	X				X
Identificação de situações que possam dar origem a um conflito real, aparente ou potencial de interesses que envolvam trabalhadores que deixaram o cargo público para exercerem funções privadas como trabalhadores, consultores ou outras		X			
Promoção de medidas adequadas a prevenir e gerir conflitos de interesses relativamente a situações que envolvam trabalhadores que aceitem cargos em entidades privadas que foram abrangidas por decisões em que, direta ou indiretamente, aqueles participaram no exercício de funções públicas, ou porque, por via desse exercício, tiveram acesso a informação privilegiada com interesse para a entidade privada ou, ainda, que possam ter influência na entidade pública onde exerceram funções, através de ex-colaboradores		X			
Identificação e caracterização de áreas de risco, designadamente as que resultem das situações de acumulação de funções, cujo tratamento deve ser efetuado no âmbito e nos mesmos termos do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e infrações conexas		X		X	
Identificação das situações concretas de conflitos de interesses e respetiva sanção aplicável aos infratores, em conformidade com o quadro punitivo existente		X		X	
Promoção de uma cultura organizacional na qual impere forte intolerância relativamente às situações de conflitos de interesses		X		X	
Promoção da responsabilidade individual de todos os trabalhadores, reconhecendo e destacando as boas práticas e os bons exemplos de	X				X

Medidas	Cumprido				
	S	N	n.a.	a aplicar	a atualizar
serviço público e promovendo atitudes ativas de recusa de contacto e processamento relativamente a procedimentos administrativos em que, sob qualquer forma, tenham um interesse, ainda que através de terceiro					
Desenvolvimento de ações de formação profissional de reflexão e sensibilização sobre esta temática, junto de todos os trabalhadores dos serviços	X				X
Subscrição, por todos os trabalhadores, de declarações de inexistência de conflitos de interesse relativamente a cada procedimento que lhe seja confiado no âmbito das suas funções e no qual, de algum modo, tenha influência	X				
Subscrição, por todos os funcionários que se encontrem em regime de acumulação de funções, de uma declaração atualizada em que assumam de forma inequívoca que as funções acumuladas não colidem sob forma alguma com as funções públicas que exercem, nem colocam em causa a isenção e o rigor que deve pautar a sua ação	X				
Declarações relativas a ofertas no exercício das funções		X			
Promoção de mecanismos de monitorização da aplicação destas medidas, bem como do respetivo sancionamento		X		X	

Ao longo do ano de 2014 foram respeitadas, pela generalidade dos serviços e Direções, as medidas preventivas estabelecidas no Plano, nomeadamente no que diz respeito à sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei; legislação em vigor relativa a recursos humanos e trabalho, legislação relativa ao Sector Empresarial do Estado, legislação fiscal e contributiva e Regulamentos Internos do TNDM II. Para tal foram inclusivamente solicitados diversas análises e pareceres ao nosso Jurista, TOC e ROC.

Foi efetuado levantamento de todas as funções de cada unidade orgânica, análise, consolidação e avaliação, pelos responsáveis, do risco subjacente a cada atividade e identificação das medidas de prevenção e controlo.

A metodologia para avaliação da gestão de riscos, relativa ao ano de 2014, assentou na verificação junto dos responsáveis das direções e serviços da eventual existência de fatos e ocorrências relativas a não conformidades de acordo com o estabelecido no Plano, bem como sugestões de correção e melhoria do mesmo.

Os responsáveis responderam na sua totalidade não tendo reportado qualquer ocorrência, fosse ela grave ou não.

O Conselho de Administração considera o Plano de Prevenções de Riscos de Gestão do TNDM II (incluindo os riscos de corrupção, infrações conexas e conflitos de interesse), um importante instrumento de gestão de risco, o qual, conjugado com as boas práticas de gestão e administração, permite um adequado planeamento estratégico, sendo uma ferramenta essencial na tomada de decisões. Pretende-se a prestação de um serviço público de forma simples, ágil e transparente, onde se pretende a redução e eliminação de fatores propícios à corrupção e conflitos de interesses.

Foram formuladas as seguintes recomendações:

- Sensibilização, de todos os colaboradores do TNDM II, para a existência e cumprimento do Plano de Prevenções de Riscos de Gestão do TNDM II (incluindo os riscos de corrupção, infrações conexas e conflitos de interesse);
- Aplicação de medidas que permitam a motivação pessoal, o envolvimento de todos os serviços e a qualidade de gestão;

- Realização de ações de formação sob a temática de boas práticas administrativas, ética, corrupção e conflitos de interesses;
- Monitorização das atividades e segregação de funções.

Pr

CA

u



TEATRO
NACIONAL
D. MARIA II

1. Conselho de Administração

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
Eventual risco de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses:				
- no processo de orçamentação global e dos seus projetos específicos.	F	Deveres e obrigações previstos no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março).	As atribuições próprias do Fiscal Único.	O modelo de gestão definido em Conselho de Administração e a metodologia de aplicação implementados.
- na aprovação de despesas não previstas em orçamento.	F	Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (Lei n.º 64/1993 de 26 de agosto)	Princípios consagrados na «Carta Ética da Administração Pública - Dez princípios éticos da Administração Pública», tais como da legalidade, da justiça, da imparcialidade, da lealdade e da integridade	A existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado, bem como a avaliação e o acompanhamento a que o mesmo se encontra sujeito.
- na autorização de despesas realizadas por membro do CA.	M	Obrigações e deveres de informação e prestação de contas consagrados na lei e nos Estatutos do TNDM II.	Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética TNDM II e normas de conduta aprovadas pelo Conselho de Administração que se encontram vertidas nos Regulamentos Internos em vigor.	A prestação regular de informações financeiras e prestação de contas às tutelas (Ministério das Finanças, Secretário de Estado da Cultura), Tribunal de Contas e outras entidades previstas.
- no cumprimento da legislação.	M	Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei.	Legislação em vigor relativa a recursos humanos e trabalho.	Os indicadores internos como medida de aplicação dos Princípios do Bom Governo.
- na contratação pública.	E	Regulamentos internos e Código de Ética e Normas de Conduta.	Os membros do Conselho de Administração abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.	A prestação regular de informação relativa a recursos humanos e outras exigências legais ou decretadas.
- na gestão e conservação do património (documental, patrimonial e edifício).	E	Obrigatoriedade de 2 assinaturas para despesas das rubricas de Investimento, Pessoal e despesas superiores a 5.000€.	Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor.	Divulgação no site da internet do TNDM II de informação sobre a instituição e sua organização, bem como relatório de prestação de contas e certificação legal.
- na negociação de empréstimos.		Reuniões do CA		
- na utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.	F			

cbel
u
P





Riscos		Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade	Grau		
	F	Superintendência e tutela das Finanças e Cultura. Audiência e pedido de pareceres do jurista e/ou TOC e/ou ROC.	
	E		

Legenda :E – elevado; F – fraco; M – moderado

2. Fiscal Único

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
Eventual risco de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses: - no processo de aprovação de contas.		M	Obrigações e deveres de informação e prestação de contas consagrados na lei e nos Estatutos do TNDM II.	As atribuições próprias do Fiscal Único estabelecidos nos Estatutos do TNDM II

CPi

3. Diretor Artístico

Riscos		Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade	Grau		
Eventual risco de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas cujas consequências materiais podem ser relevantes, bem como conflitos de interesses. - A aprovação de projetos de produção e a sua orçamentação. - O processo de contratação de artistas e outros prestadores de serviços da área artística. - Realização de projetos artísticos ou outras funções fora do TNDM II. - no cumprimento da legislação. - Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.	M E F M E	Estrutura organizacional existente e o acompanhamento do Conselho de Administração. A existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado bem como a avaliação e o acompanhamento a que o mesmo se encontra sujeito. Prestação de informações a entidades previstas para o efeito. Solicitação de autorização à tutela para realização de projetos fora do âmbito do TNDM II.	

4. *Direção Administrativa e Financeira (DAF)*

Riscos			Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade	Grau			
Na DAF identificam-se como situações potencialmente geradoras de eventual risco de corrupção, bem como conflitos de interesses: - A orçamentação e/ou a execução orçamental; - O processo de pagamentos de bens e serviços; - A incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens e/ou serviços; - A avaliação incorreta e/ou planeamento deficiente das necessidades de recursos materiais, humanos e/ou financeiros. - na contratação pública. - na elaboração de procedimentos de recrutamento. - no cumprimento da legislação. - Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.	M M M M E E M M	Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II. Supervisão do Administrador do pelouro e/ou do CA. Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos Internos em vigor. Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei. Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor. Reuniões periódicas com carácter quinzenal.	Existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado. Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado. Área de compras funcionando em plataforma eletrónica.	

Handwritten signatures and initials in blue ink.



5. Direção de Relações Externas e Frente Casa (DREFC)

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
Na DREFC identifica-se um risco residual de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses.			Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.	Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.
- A incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens e/ou serviços necessários à frente de casa.		M	Supervisão do Administrador do pelouro e/ou CA.	Existência de um sistema integrado de gestão e
- A avaliação incorreta ou o planeamento deficiente das necessidades de recursos materiais ou humanos na frente de casa.		M	Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos Internos em vigor.	informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado.
- A incorreta gestão da política de Cedências determinada pela Administração.		M	O Manual de Procedimentos estabelecido para a atividade da Direção de Serviços.	
- na contratação pública.		M	Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei.	
- no cumprimento da legislação.		E	Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor.	
- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.		M	A política de cedências aprovada pelo Conselho de Administração.	

6. Direção de Documentação e Património (DDP)

Riscos		Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade	Grau		
Na DDP identifica-se um risco moderado ou residual de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses.		Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.	Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.
- A incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens e/ou serviços necessários à biblioteca e à livraria.	M	Supervisão do Administrador do pelouro e/ou CA..	Existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado.
- A avaliação incorreta ou o planeamento deficiente das necessidades de recursos materiais.	M	Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos Internos em vigor.	
- na contratação pública.	E	Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei.	
- no cumprimento da legislação.		Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor.	
- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.	M		

am
u
S



TEATRO
NACIONAL
D. MARIA II

7. Direção de Comunicação e Imagem (DCI)

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
Na DCI identifica-se um risco moderado de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses.			Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.	Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.
- A incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens e/ou serviços.		M	Supervisão do Diretor Artístico e do Administrador do pelouro e/ou CA.	Existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado.
- A avaliação incorreta ou o planeamento deficiente das necessidades de recursos materiais ou humanos na produção de conteúdos, <i>design</i> gráfico, fotografia e produção de vídeo para os materiais da comunicação e imagem da programação artística ou institucional.		M	Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos Internos em vigor.	
- contratação pública.		E	Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei.	
- no cumprimento da legislação.		M	Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor.	
- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.		M		

8. Direção de Produção (DP)

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
Na DP identifica-se um risco moderado de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses.			Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.	Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.
- A avaliação incorreta ou o planeamento deficiente das necessidades de recursos materiais ou humanos para cada espetáculo.		M	Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos em vigor.	Existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado.
- A incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens e/ou serviços artísticos.		M	Supervisão do Diretor Artístico e do Administrador do pelouro e/ou CA.	
- na contratação pública.		E	Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei.	
- no cumprimento da legislação.		M	Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor.	
- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.		M		

CP
u
ABEI

9. Direção Técnica

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
Na DT identifica-se um risco moderado ou residual de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses.			Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.	Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associada.
- A avaliação incorreta ou o planeamento deficiente das necessidades de recursos materiais ou humanos para cada espetáculo.		M	Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos em vigor.	Existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado.
- A incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens e/ou serviços artísticos.		M	Supervisão do Diretor artístico e do Administrador do pelouro e/ou CA.	
- na contratação pública.		E	Manual de Boas Práticas definido para os sectores/áreas de atividade da Direção de Serviços.	
- no cumprimento da legislação.		M	Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei.	
- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.		M	Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor.	

10. Direção de Cena (DC)

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
Na DC identifica-se um risco residual de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses.			Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.	Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.
- A avaliação incorreta ou o planeamento deficiente das necessidades de recursos materiais ou humanos para cada espetáculo.		M	Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos Internos em vigor.	Existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado.
- A incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens ou serviços específicos da cena de cada espetáculo.		M	Supervisão do Diretor Artístico e do Administrador do pelouro e/ou CA.	
-na contratação pública.		E	Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei.	
- no cumprimento da legislação.		M	Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor.	
- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.		M		

CP
M
epki



TEATRO
NACIONAL
D. MARIA II

11. Direção de Manutenção (DM)

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
Na DM identifica-se um risco moderado ou residual de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses.			Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.	Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.
- A avaliação incorreta ou o planeamento deficiente das necessidades de recursos materiais ou humanos para a manutenção dos equipamentos ou do edifício.		M	Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos Internos em vigor. Supervisão do Administrador do pelouro e/ou CA.	Existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado.
- A incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens ou serviços necessários.		M	Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei.	
- na contratação pública.		E	Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor.	
- no cumprimento da legislação.		M		
- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.		M		

12. Núcleo de Atores (NA)

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
Não aplicável ou risco indireto residual derivado de potenciais conflitos de interesses. - no cumprimento da legislação. - Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.			Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.	Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.
		M	Supervisão do Diretor Artístico.	
		M	Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos Internos em vigor.	

CPi
re
CPi



13. Serviços de Apoio ao Conselho de Administração (ACA)

a. Secretariado

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
Não aplicável ou risco indireto residual derivado de eventuais conflitos de interesses. - no cumprimento da legislação. - na contratação pública. - Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.			Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.	Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.
		F	Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos Internos em vigor.	
		F		
		M	Supervisão do Conselho de Administração.	

b. Motorista

Riscos		Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade	Grau		
Não aplicável ou risco indireto residual derivado de eventuais conflitos de interesses. - no cumprimento da legislação. - Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.	F M	Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II. Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos Internos em vigor. Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei. Supervisão do Conselho de Administração.	Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.

iv. Endividamento

O TNDM II está obrigado ao cumprimento das normas relativas ao endividamento, estabelecidas no Decreto-Lei n.º 133/2013 e demais legislação aplicável. Podem, ainda, ser fixadas, mediante decisão do membro do Governo da área das Finanças, normas em matéria de endividamento para cada exercício económico. Estas normas devem refletir-se na preparação e aprovação dos planos de atividades e orçamento.

O TNDM II não tem recorrido a crédito financeiro e as nossas aplicações são em CEDIC de curto prazo.

v. Sistema de controlo para proteger os investimentos e os ativos da empresa

Está implementado um *software* de gestão financeira, integrado e com abrangência sobre toda a empresa, evidenciando uma preocupação de controlo sobre toda a atividade desenvolvida.

vi. Prevenção da corrupção

O TNDM II cumpre a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, tendo em vigor um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que prevê a segregação de funções por área de gestão funcional e a adoção de processos administrativos e de funcionamento integrados, permitindo um adequado controlo interno, elaborando, anualmente, um relatório identificativo das ocorrências, ou risco de ocorrências, de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro.

Neste Plano estão identificados e descritos os principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos), bem como medidas preventivas e mecanismos de controlo interno. Também estão explícitas as relações de dependência hierárquica e/ou funcional, bem como incluso o organograma.

Quer o Plano, que os relatórios de avaliação, estão e são publicitados no sítio na Internet do TNDM II pelo que se sugere a sua leitura no que diz respeito à informação sobre o controlo interno e gestão de riscos.



vii. Padrões de ética e conduta

O TNDM II adotou um Código de Ética que contempla comportamentos éticos e deontológicos, tendo procedido à sua divulgação por todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores e pelo público em geral. Encontra-se publicitado no sítio na Internet do TNDM II.

O TNDM II trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa.

C. Regulamentos e Códigos

i.Regulamento Interno da Estrutura Orgânica

O Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TNDM II E.P.E, que se encontra disponível no sítio da internet do TNDM II, determina a estrutura orgânica do TNDM II, constituída pelos seus Órgãos Sociais, Direção Artística, Núcleo de Atores e pelas restantes Direções, definindo as respetivas competências e demais regras do seu funcionamento.

São órgãos sociais do TNDM II o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

A estrutura orgânica do TNDM II é ainda composta pelas seguintes unidades:

- a)Diretor Artístico (DA);
- b)Núcleo de Atores (NA);
- c)Direção Administrativa e Financeira (DAF);
- d)Direção de Relações Externas e Frente de Casa (DREFC);
- e)Direção de Comunicação e Imagem (DCI);
- f)Direção de Produção (DP);
- g)Direção de Cena (DC);
- h)Direção Técnica (DT);

CP
i) Direção de Manutenção (DM);

u
j) Direção de Documentação e Património (DDP).

opi
Em todas as relações institucionais e profissionais entre titulares de órgãos sociais e entre colaboradores, entendendo-se estes últimos como quaisquer pessoas ou entidades que trabalhem ou prestem serviços ao TNDM II qualquer que seja a natureza da sua relação, bem como entre aqueles e estes, devem sempre ser observados os princípios e regras previstos no Código de Ética e Normas de Conduta em vigor no TNDM II.

A validade das deliberações do Conselho de Administração depende da presença, nas reuniões, da maioria dos seus membros, não podendo estes abster-se de votar, nem fazê-lo por correspondência ou por procuração. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria simples dos membros presentes. O Presidente do Conselho de Administração tem voto de qualidade. As deliberações do Conselho de Administração serão divulgadas quando e nos termos que este o decidir, nomeadamente através de informações ou ordens de serviço.

Nos casos em que as funções de Diretor Artístico não sejam exercidas por um dos membros do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração poderá convocar o Diretor Artístico para as reuniões em que lhe parecer conveniente a presença deste, devendo ainda dar-lhe conhecimento da respetiva ordem de trabalhos. Este poderá participar nas reuniões deste órgão sempre que sejam discutidas matérias da sua competência, e apenas no que às mesmas diga respeito, devendo, para tanto, ser previamente informado da respetiva ordem de trabalhos. A não comparência do Diretor Artístico, regularmente convocado, à reunião do Conselho de Administração não impede nem invalida as deliberações tomadas sobre as matérias que justificavam a sua presença. O Diretor Artístico, caso não seja cumulativamente membro do Conselho de Administração, não tem direito a voto.

O Conselho de Administração pode, sob proposta exclusiva do seu Presidente, delegar as suas competências nos seus membros ou demais pessoal de direção e chefia, definindo em ata os limites e condições do seu exercício. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Conselho de Administração poderá ainda distribuir entre os seus membros responsabilidade exclusiva ou

partilhada sobre as várias Direções, definindo, igualmente, em ata os limites e condições do seu exercício.



ii. Código de Ética e Plano de Prevenção de Riscos de Gestão

O Código de Ética foi aprovado pela Administração, colocado na Intranet para conhecimento dos trabalhadores e no sítio da internet do TNDM II em 2009, o mesmo acontecendo com o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, Infrações Conexas e Conflitos de Interesses (Plano de Prevenção de Riscos de Gestão).



iii. Plano de Prevenção de Riscos de Gestão

O presente Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em paralelo com o Código de Ética e as normas de procedimentos internos, constituirão o referencial normativo e de valores pelo qual se pautará a ação quotidiana no Teatro Nacional D. Maria II.

O objetivo destes documentos consiste em orientar os trabalhadores, os colaboradores e a administração, nos valores e princípios instituídos e, ainda, em constituírem-se numa referência para o acolhimento a quem chega de novo ao Teatro, dando-lhe a conhecer a sua estrutura organizacional e os valores pelos quais se pauta. O presente Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em paralelo com o Código de Ética e as normas de procedimentos internos, constituirão o referencial normativo e de valores pelo qual se pautará a ação quotidiana no Teatro Nacional D. Maria II.

D. Deveres especiais de informação

No cumprimento dos deveres de informação a que o TNDM II se encontra sujeito, nomeadamente ao reporte de informação económica e financeira e dos deveres de transparência, tem sido utilizada a plataforma SIRIEF, quer através de carregamento dos mapas financeiros (mensais, trimestrais e anuais), quer através do carregamento de documentos, como os Relatórios de Execução Trimestrais e o Relatório Anual devidamente acompanhados pelos relatórios do Fiscal Único.

CF
Foram cumpridas todas as obrigações legais em vigor. A par do SIRIEF, o TNDM II atualiza regularmente a informação a constar no seu site e no site da DFTF referente ao Sector Empresarial do Estado (SEE).

ne
OZ
O TNDM II não prestou quaisquer garantias financeiras nem assumiu dívidas ou passivos de outras entidades.

O TNDM II tem seguido uma estratégia de minimização do risco financeiro, não possuindo qualquer nível de endividamento remunerado, apostando numa estrutura equilibrada entre fundos próprios e alheios, evidenciado nos 78,6% do rácio de autonomia financeira em dezembro de 2014;

O grau de execução dos objetivos fixados encontra-se registado nos quadros de análise das Linhas de Orientação Estratégica (LOE) no capítulo II Missão, Objetivos e Políticas.

E. Sítio da Internet

Todas as informações sujeitas a divulgação pública, encontram-se publicitadas no sítio da internet do SEE da DGTF.

No sítio na Internet do TNDM II (www.teatro-dmaria.pt) consta informação financeira histórica e atual da empresa, a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais ou estatutários, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios.

O sítio na Internet do TNDM II disponibiliza informação clara, relevante e atualizada sobre a vida da empresa incluindo, designadamente, as obrigações de serviço público a que está sujeita, os termos contratuais da prestação de serviço público, o modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.

O acesso a toda a informação disponibilizada no sítio na Internet é livre e gratuito.

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

O TNDM II tem como missão a prestação de um serviço público, contudo, data de 2009 o último contrato-programa celebrado com a Tutela. Tem sido referenciado nos Planos de Atividades e Orçamentos e no Relatórios e Contas dos últimos anos a necessidade de proceder à celebração do referido contrato.

Todas as metas a que o TNDM II se propôs alcançar decorreram do Plano de Atividades e Orçamento aprovado para o exercício de 2014.

VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

Sendo os órgãos sociais, Conselho de Administração e Fiscal Único, nomeados por Despacho Conjunto dos membros do governo responsáveis pelas Finanças e Cultura e no caso do Conselho de Administração, ainda, por Resolução de Conselho de Ministros, a remuneração é fixada nesses Despachos.

Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais	Despacho
Remuneração dos dirigentes	Conselho de Administração

Contudo, o Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro, veio modificar as regras de recrutamento e seleção dos gestores públicos, bem como o regime aplicável aos contratos de gestão e à sua remuneração e benefícios, tendo procedido à alteração e republicação do Estatuto do Gestor Público (D.L. nº 71/2007, de 27 de Março, alterado pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro).

A remuneração dos gestores públicos passou a integrar duas componentes: o vencimento mensal, que não pode ultrapassar o vencimento mensal do Primeiro-Ministro, e um abono mensal, pago

12 vezes ao ano, para despesas de representação no valor de 40% do respetivo vencimento (artigo 28º, nºs 1 e 2, do D.L. nº 71/2007).

A fixação, em concreto, do vencimento de cada gestor é feita segundo critérios a estabelecer por resolução do Conselho de Ministros (artigo 28º, nºs 3 e 4, do D. L. nº 71/2007).

Os critérios de fixação da remuneração dos gestores públicos e o enquadramento nesses critérios dos gestores das várias empresas vieram a ser estabelecidos pela Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de Fevereiro, e pela Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de Março, nos termos das quais:

- Ao TNDM II, E. P. E., foi atribuída a classificação "C" (Anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012);
- Em função dessa classificação, o Presidente do C.A. do TNDM II, E. P. E., tem direito ao vencimento mensal correspondente a 80% do vencimento mensal do Primeiro-Ministro e os Vogais do C.A. do TNDM II, E. P. E., têm direito ao vencimento mensal correspondente a 80% do vencimento do Presidente do C. A. (nºs 10 e 11 da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012);
- O vencimento mensal é pago 12 vezes por ano, com direito aos subsídios de férias e de Natal;
- As novas remunerações aplicam-se a partir de 1 de Abril de 2012 (nº 7 da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012).

Os membros do Conselho de Administração abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. As despesas realizadas por cada elemento do Conselho de Administração são aprovadas pelos restantes elementos desse Conselho.

No início do mandato, os membros do Conselho de Administração declararam ao Tribunal Constitucional e Procuradoria Geral da República sobre a inexistência de incompatibilidades ou impedimentos, cumprindo os deveres de informação previstos no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, bem como tudo o que lhes é aplicável, com as necessárias adaptações, no disposto pela Lei n.º 64/93, de 26 de agosto. Anexa-se a este relatório a declaração dos membros do Conselho de

Administração, onde se refere que os mesmos se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

De acordo com os Estatutos, não existe comissão de fixação de remunerações.

C. Estrutura das Remunerações

De acordo com os Estatutos, a remuneração e estrutura das remunerações dos membros do conselho de administração do TNDM II, é fixada por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da cultura e das finanças.

De acordo com o estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro, e pela Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março, as remunerações são:

i. Presidente do Conselho de Administração:

Vencimento mensal: € 4.578,20

Abono mensal a título de despesas de representação: € 1.831,28

Remuneração mensal global: € 6.409,48

Remuneração mensal global com reduções remuneratórias previstas na Lei: € 5.601,89

(Valores reduzidos nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, bem como a reversão a que se refere o artigo 4.º da mesma lei.)

ii. Vogal do Conselho de Administração:

Vencimento mensal: € 3.662,56

Abono mensal a título de despesas de representação: € 1.465,02

CPi

CA

re

Remuneração mensal global: € 5.127,58

Remuneração mensal global com reduções remuneratórias previstas na Lei:
€ 4.481,50

(Valores reduzidos nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, bem como a reversão a que se refere o artigo 4.º da mesma lei.)

Nos termos do nº 3 da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) não pode resultar das regras de fixação de remunerações estabelecidas nessa Resolução um aumento das remunerações efetivamente pagas aos gestores à data da entrada em vigor das Resoluções do Conselho de Ministros nºs 16/2012 e 18/2012 (1 de março de 2012), e nos termos do art.º 256º da Lei nº 82-B/2014 de 31 de dezembro, mantendo-se em vigor as medidas e efeitos de natureza temporária, até revogação do procedimento por défices excessivos pelo que, a remuneração efetiva é a seguinte:

i. **Presidente do Conselho de Administração:**

Vencimento mensal: € 5.310,00

Abono mensal a título de despesas de representação: € 0,00

Remuneração mensal global: € 5.310,00

Vencimento mensal com reduções remuneratórias previstas na Lei: € 4.439,16

ii. **Vogal do Conselho de Administração:**

Vencimento mensal: € 4.485,00

Abono mensal a título de despesas de representação: € 0,00

Remuneração mensal global: € 4.485,00

Remuneração mensal global com reduções remuneratórias previstas na Lei: € 3.749,46

As remunerações efetivas do Conselho de Administração foram encontradas pelo cruzamento entre as remunerações fixadas pelo Despacho n.º 10225/2009, de 05.12.2008, dos Ministros de Estado e das Finanças e da Cultura, que se encontravam em vigor à data de 1 de março de 2012 (RCM nº 36/2012).

Os valores evidenciados em 2014 refletem a aplicação do quadro legal em vigor, nomeadamente quanto à redução remuneratória e subsídio de férias e de natal. É assim cumprido o estipulado no nº 3 da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março já que o aumento no valor das remunerações globais em relação a 2012 resulta exclusivamente do enquadramento legal referido acima, pelo que se apresenta o seguinte quadro:

		2014	2012	Variação
Carlos Vargas	Remunerações OS - ordenado base	63 720,00	63 720,00	0,00
	Remunerações OS sub. férias	5 044,50	0,00	5 044,50
	Remunerações OS sub. natal	4 646,66	0,00	4 646,66
	Reduções Remuneratórias OS - Lei 12-A/2010; Art. 12º	-3 186,00	-3 186,00	0,00
	Reduções Remuneratórias OS - Lei 55-A/2010; Art. 19º	-4 774,32	-6 053,40	1 279,08
<u>Total Remuneração Presidente</u>		65 450,84	54 480,60	10 970,24
António Pignatelli Sandra Simões	Remunerações OS - ordenado base	107 640,00	107 640,00	0,00
	Remunerações OS sub. férias	8 521,50	0,00	8 521,50
	Remunerações OS sub. natal	7 855,94	0,00	7 855,94
	Reduções Remuneratórias OS - Lei 12-A/2010; Art. 12º	-5 382,00	-5 382,00	0,00
	Reduções Remuneratórias OS - Lei 55-A/2010; Art. 19º	-7 987,44	-10 225,92	2 238,48
<u>Total Remuneração Vogais</u>		110 648,00	92 032,08	18 615,92
		<u>176 098,84</u>	<u>146 512,68</u>	<u>29 586,16</u>

As remunerações mensais auferidas foram reduzidas por força da aplicação do art. 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30 junho, e art. 2º da Lei n.º 7/2014 de 12 de setembro, bem como a reversão a que se refere o art. 4.º da mesma lei.

iii. Fiscal Único

A remuneração foi fixada em 25% da quantia correspondente a 12 meses do vencimento base mensal ilíquido atribuído, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração, conforme Despacho Conjunto do Ministro das Finanças e da Administração Pública e da Cultura de 13 de julho de 2007.

CPL

CA

Remunerações dos membros do Conselho de Administração em 2014

u

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma (1)	Data	[Identificação Entidade]	Pagadora (O/D)
02/12/2011-09/01/2015	Presidente do CA	Carlos Vargas	R	02/12/2011		
02/12/2011-09/01/2015	Vogal do CA	António Pignatelli	R	02/12/2011		
02/12/2011-09/01/2015	Vogal do CA	Sandra Simões	R	02/12/2011		

Legenda: (1) Indicar Resolução (R)/A.G./DUE/Despacho (D)

Nota: OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D - Origem/Destino

Membro do CA (Nome)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto €	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas Representação
Carlos Vargas	N	C	5 310,00	0,00
António Pignatelli	N	C	4 485,00	0,00
Sandra Simões	N	C	4 485,00	0,00

Nome	Remuneração Anual 2014 (€)						
	Variável	Fixa **	Outra	Redução Lei 12-A/2010	O. Reduções Remuneratórias	Redução anos anteriores	Bruta após Reduções Remuneratórias
Carlos Vargas	0,00	73 411,16	0,00	3 186,00	4 774,32	0,00	65 450,84
António Pignatelli	0,00	62 008,72	0,00	2 691,00	3 993,72	0,00	55 324,00
Sandra Simões	0,00	62 008,72	0,00	2 691,00	3 993,72	0,00	55 324,00

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual 2014 (€)				
	Variável	Fixa **	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1) - (2)
Carlos Vargas	0,00	73 411,16	73 411,16	7 960,32	65 450,84
António Pignatelli	0,00	62 008,72	62 008,72	6 684,72	55 324,00
Sandra Simões	0,00	62 008,72	62 008,72	6 684,72	55 324,00

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação

CA

u

CRIS



Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
Carlos Vargas	5,50	1 254,00	Segurança Social	13 500,86	0,00	0,00		0,00
António Pignatelli	5,50	1 254,00	Caixa Geral de Apos.	12 003,27	0,00	0,00		0,00
Sandra Simões	5,50	1 254,00	Caixa Geral de Apos.	12 003,27	0,00	0,00		0,00

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Carlos Vargas	100,00	1 022,15	Limite não definido conforme Art.º 32 do EGP; mas atribuído por TNDM II.
António Pignatelli	100,00	504,35	
Sandra Simões	100,00	315,24	

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Nº de Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	[€]
Carlos Vargas	N	N	0,00				0,00	0,00	0,00
António Pignatelli	N	N	0,00				0,00	0,00	0,00
Sandra Simões	N	N	0,00				0,00	0,00	0,00

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
Carlos Vargas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
António Pignatelli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Sandra Simões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
Carlos Vargas	600,44	1 027,32	594,62	Refeições	78,50	2 300,88
António Pignatelli	0,00	0,00	19,60		0,00	19,60
Sandra Simões	726,79	461,40	364,68		0,00	1 552,87

Relativamente à nossa política de aquisição e atribuição de viaturas, temos uma viatura ligeira, por ALD, ao serviço do TNDM II, a qual não está afeta especificamente a nenhum colaborador, seja trabalhador, seja membro do Conselho de Administração, para efeitos de uso pessoal e que represente um direito, benefício ou regalia que se traduza numa vantagem económica acrescida ao seu rendimento.

Remuneração do Fiscal Único em 2014:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Forma (1)	Data	
2007-2009	Efetivo	Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda - Vitor Manuel Batista de Almeida	191/691	D	13/07/2007	3
2007-2009	Suplente	Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda - José Pires Brito da Cruz	191/714	D	13/07/2007	3

Nota: Devem ser identificados o efetivo e o suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) Indicar A.G./DUE/Despacho (D)

Nome	Remuneração Anual 2014 (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1) - (2)
Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda - Vitor Manuel Batista de Almeida	15 930,00	2 007,18	13 922,82

Desde 2009 não houve a celebração de contrato de gestão entre os membros do Conselho de Administração e a Tutela.

Não existe componente variável da remuneração ou/ e atribuição de prémio para os membros do Conselho de Administração.

Não existe qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os membros do Conselho de Administração.



D. Divulgação das Remunerações

Os montantes anuais das remunerações auferidas, de forma agregada e individual, pelos membros do Conselho de Administração e pelo Fiscal Único encontram-se refletidos nos quadros do ponto anterior (C. Estrutura das Remunerações).

Não houve quaisquer montantes pagos por outras entidades, dada a inexistência de sociedades em relação de domínio ou de grupo.

Não houve lugar a quaisquer indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos, já que o anterior Conselho de Administração cessou funções após o término de mandato.

No sítio na Internet do TNDM II consta informação sobre a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais ou estatutários, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios.

O acesso a toda a informação disponibilizada no sítio na Internet é livre e gratuito.

A informação relativa à identidade e aos elementos curriculares dos membros dos órgãos sociais, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios não está indexada a sistemas de *software* projetados para encontrar informação armazenada em sistemas computacionais, vulgarmente denominados motores de busca e não contém quaisquer outros dados, designadamente os que se referem a divulgação de domicílio, contactos pessoais e demais dados de idêntica natureza.

VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

i. Transações relevantes com entidades relacionadas

O TNDM II gere o financiamento atribuído pelas duas tutelas – Ministério das Finanças e Ministério da Cultura – assente numa indemnização compensatória cujo montante é anualmente fixado através de publicação de Resolução de Conselho de Ministros.

Não existem transações relevantes com outras entidades, com exceção da transferência para o TNDM II do Fundo de Fomento Cultural.

ii. Outras Transações

CP

M

O TNDM II prossegue os seus processos aquisitivos de acordo com o estipulado no Código da Contratação Pública (CCP) e demais legislação em vigor.

CP

Importa referir que, em termos de Funcionamento Geral, o TNDM II aderiu, sempre que se justificou, aos Acordos Quadro da Unidade de Compras da Secretaria Geral da Presidência de Conselho de Ministros:

- Combustíveis Rodoviários;
- Viagens e estadias.

Dando cumprimento ao estipulado no Código de Contratação Pública, o TNDM II recorreu à utilização de meios eletrónicos e de transmissão de dados, contribuindo para uma simplificação e desmaterialização dos processos aquisitivos. Não foi utilizada plataforma eletrónica de aquisição de bens e serviços e empreitadas, porque o contrato efetuado pela Unidade de Compras do ex-Ministério da Cultura foi rescindido em 2012. Em resultado do PREMAC e da extinção da Secretaria Geral do ex-Ministério da Cultura, foi cancelado o contrato existente para a plataforma eletrónica BizGov. Aguarda-se que seja elaborado novo concurso, encabeçado pela Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros (que assumiu a maior parte das funções da Secretaria Geral do ex-Ministério da Cultura), e que sejamos contactados para aderir a uma Unidade de Compras.

Conseguimos obviar à não existência da plataforma eletrónica uma vez que os nossos procedimentos têm sido efetuados ao abrigo de Ajustes Diretos.

A totalidade das aquisições de serviços de âmbito técnico-artístico é feita através de contratos ou de informações autorizadas pelo Conselho de Administração. Estes procedimentos decorrem da especificidade da atividade artística do Teatro Nacional.

Não existiram transações fora das condições de mercado e não existem fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos e que simultaneamente ultrapassem um milhão de euros.

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económicos, social e ambiental

i. Domínio económico

O Teatro Nacional D. Maria II é uma entidade pública empresarial, prossegue fins de interesse público e tem por objeto a prestação de serviço público na área da cultura teatral.

A sustentabilidade só se atinge por via do equilíbrio entre custos fixos e de investimento do Teatro e custos de programação, já que as receitas próprias são limitadas e, para além da bilheteira, só surgem da venda de livros ou da cedência de espaço, sempre condicionada à atividade de preparação e exibição dos espetáculos.

Continua a ser difícil falar de sustentabilidade de uma empresa como o Teatro Nacional D. Maria II. O fato de prosseguir objetivos e obrigações de serviço público condiciona, como se sabe, o preço dos bilhetes e em tempos críticos como são os que a sociedade portuguesa atravessa, diversificar a tipologia de preços e reduções pareceu mais acertado para manter a corrente de público, do que procurar aumentar a receita pela via do aumento do preço do ingresso.

O diferencial existente não é compensável através do montante da indemnização atribuída anualmente pelo Estado.

Não sendo, por outro lado, expetável que instituições privadas invertam a sua tendência para pouco ou nada apoiar o setor público e, sobretudo, as instituições estatais que desenvolvem atividade artística, apostando pelo contrário em criar Fundações ou em desenvolver projetos de divulgação de arte a artistas que escolhem à medida das suas estratégias de marketing, foi difícil encontrar mecenas para o TNDM II.

Convém ainda ressaltar a **absoluta necessidade de cumprimento por parte das tutelas dos seus compromissos**, sob pena de as dificuldades de tesouraria colocarem em risco todo o esforço no sentido do cumprimento da medida Pagamento a tempo horas (30 dias, sendo que a dezembro de 2014 atingiu-se os 26 dias).

Graças a uma política de contenção e à aplicação no Teatro da gestão por projeto, bem como à clara definição das equipas, e suas competências, e das suas condições de trabalho, o controlo da gestão do orçamento previsto para 2014 foi assegurado.

Na falta de um contrato programa plurianual a ser celebrado com o Conselho de Administração e a tutela que defina estratégias e metas e permita uma estabilidade, planificação e otimização de recursos a médio prazo, as metas a atingir anualmente têm sido traçadas pelo Conselho de Administração através da observância de um quadro com oito linhas de orientação estratégica.

ii. Responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público

Iniciativas na área da responsabilidade social, tais como a promoção da acessibilidade a espetadores de mobilidade condicionada, a promoção de sessões com tradução simultânea em língua gestual portuguesa para espetadores surdos, os espetáculos de entrada livre no Dia Mundial do Teatro e a orientação de determinadas sessões para públicos desprotegidos, visaram criar melhores condições de trabalho e de conforto para os frequentadores do Teatro.

Teve início em dezembro de 2011 o programa de Voluntariado do TNDM II, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento ou aquisição de competências profissionais especializadas, fomentando a apetência e o gosto pela investigação e pela formação na área do Teatro, valorizando o contributo individual de cada voluntário. Este programa tem tido imenso sucesso e conta com um significativo número os quais, na sua maioria a trabalhar junto da Direção de Documentação e Património, têm dado um contributo precioso na inventariação e manutenção dos acervos patrimoniais – documentos e guarda-roupa.

O sector público empresarial continua a representar uma parte importante da atividade económica nacional, tendo um papel preponderante em sectores em que se prestam serviços de interesse geral, de que depende o bem-estar dos cidadãos. É importante que se atinjam elevados níveis de desempenho, como também a difusão das boas práticas nesta matéria, incluindo a adoção de estratégias concertadas de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental. De igual modo, as empresas públicas devem assumir responsabilidades sociais, sendo claro que o bom governo das empresas tem um valor económico e social fundamental.

Algumas das iniciativas na área da responsabilidade social passam pela promoção da acessibilidade a espetadores de mobilidade condicionada; promoção de sessões com tradução simultânea em língua gestual portuguesa para espetadores surdos; espetáculos de entrada livre no Dia Mundial do Teatro e a orientação de determinadas sessões para públicos desprotegidos, a saber, organizações que trabalham com um



público sénior ou público jovem em risco, abandono ou negligência ou ainda crianças e jovens em regime de internamento (Centros de Acolhimento Temporário – CAT). Estas medidas, ainda que menos visíveis, são tão importantes quanto o são os espetáculos oferecidos, durante o ano, nas salas Garrett e Estúdio.

iii. Domínio social e ambiental

Fazem parte das ações da Administração desde agosto de 2008, a execução das seguintes medidas: as regras de igualdade no tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres no recrutamento de pessoal; a qualificação desse mesmo pessoal através do estímulo à participação em ações de formação ou à prossecução de estudos; a conciliação entre vida pessoal, familiar e profissional, através da adaptação da tipologia de horários aos conteúdos funcionais e às condições concretas da atividade; a implementação regular de medições da qualidade do ar; o cumprimento de medidas de segurança e higiene no trabalho; a prática de reciclagem e progressiva adoção e expansão dos meios informáticos (existência de uma Intranet) e de desmaterialização na atividade do Teatro.

O TNDM II tem implementadas políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.

O TNDM II tem a preocupação em adotar planos de igualdade e alcançou uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminando discriminações e permitindo a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Domínio ambiental

Deu-se igualmente execução do cumprimento das Normas de Segurança dos Sistemas de Informação aprovadas, do projeto de Medidas de Auto Proteção do TNDM II, que inclui um Plano de Prevenção e um Plano de Emergência, e deu-se seguimento ao cumprimento das disposições de segurança do edifício assinaladas pela IGAC.

Também em 2014 foi feita uma inspeção sobre o cumprimento de medidas de segurança e higiene no trabalho.

Procedemos ainda à reabilitação dos sistemas elétricos e de outros sistemas técnicos do edifício, assegurando condições apropriadas de funcionamento e de segurança, bem como a melhoria global da eficiência energética e do desempenho ambiental do TNDM II.



 O TNDM II prossegue objetivos de responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional, a promoção da igualdade e da não discriminação, a proteção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.

X. Avaliação do Governo Societário

i. Prestação de serviço público

Desde 2009 que não é celebrado um contrato-programa relativo à prestação da nossa missão e serviço público. O TNDM II, ao qual foi confiada a prestação de serviço público na área da cultura teatral, deve elaborar e apresentar ao membro do Governo da área das Finanças e ao membro do Governo da área da Cultura, as propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis, modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento e critérios de avaliação e revisão contratuais.

As propostas a apresentar devem integrar parâmetros que permitam garantir níveis adequados de satisfação dos utentes, bem como assegurar a respetiva compatibilidade com o esforço financeiro do Estado.

O TNDM II celebra com o Estado português contrato respeitante à remuneração da atividade prosseguida, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto.

Não estando a ser divulgadas orientações sectoriais e porque compete à tutela da Cultura, no âmbito dessas orientações, definir o nível de serviço público a prestar e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização, ao TNDM II, porque não tem celebrado contrato com o Estado, é-lhe atribuída indemnização compensatória por resolução do Conselho de Ministros.

A DGTF remete às empresas públicas as orientações e objetivos definidos, para que, com base neles, as mesmas apresentem propostas de plano de atividades e orçamento para cada ano de atividade, reportado a cada triénio.



A partir de 2 de dezembro de 2013, entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 133/2013, e após a publicação do Decreto-Regulamentar n.º 01/2014 de 10 de fevereiro, que estabelece a missão, as atribuições, a organização e o funcionamento da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, as propostas de plano referidas são analisadas por esta, que aprecia a sua conformidade e compatibilidade face ao equilíbrio das contas públicas e da execução orçamental das verbas afetas a cada ministério e elabora relatório, dirigido ao membro do Governo responsável pela área das finanças.

O relatório, após aprovação pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, acompanha as propostas de plano de atividades e orçamento, que não produzem quaisquer efeitos até à respetiva aprovação pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do sector de atividade.

A Unidade Técnica promove ainda a execução das operações necessárias à avaliação anual do grau de cumprimento das orientações, objetivos, obrigações e responsabilidades, bem como o grau de cumprimento dos princípios de responsabilidade social e ambiental e desenvolvimento económico sustentável a observar pelas empresas públicas do sector empresarial do Estado.

A coordenação com vista à aprovação dos documentos anuais de prestação de contas é assegurada pela DGTF.

O titular da função acionista (membro do Governo com a área das Finanças) participa de modo informado e ativo através de despacho, no caso de entidades públicas empresariais.

Enquanto cliente e fornecedor das empresas em que detém capital, o titular da função acionista atua em condições e segundo critérios de mercado, devendo cumprir atempadamente as obrigações assumidas e exercer plenamente os seus direitos, sendo proibida qualquer discriminação nessa atuação relativamente às demais empresas.

O TNDM II está obrigado a cumprir a missão e os objetivos que lhes tenham sido fixados, elaborar planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis.

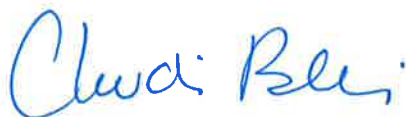
40
u
Anualmente, o TNDM II informa o titular da função acionista e o público em geral do modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo. Esta informação é prestada através da elaboração do Relatório de Gestão e Contas, que segue para aprovação das tutelas e é publicitado no nosso sítio da internet, constando como “em aprovação”. Quando aprovado, essa referência é atualizada.

As tutelas das Finanças e da Cultura avaliam o Relatório & Contas, efetuando recomendações aquando da aprovação das mesmas. As recomendações patentes no R&C 2011, prendem-se com a necessidade da celebração de um contrato-programa (o último foi celebrado em 2009). No R&C 2012 e 2013, recomendam o cumprimento integral do Princípio de Unidade de Tesouraria, apesar de superior a 99%. Porque lidamos com público, o pagamento de vendas é efetuado na sua maior parte por multibanco - verbas que transferimos sempre para o IGCP, e por outro lado, para mantermos e gerirmos os nossos Fundos de Maneio, estes só são possíveis com a manutenção de um valor, ainda que reduzido, na CGD. Há ainda a considerar que efetuamos o pagamento do subsídio de refeição através do cartão CaixaBreak. Por esses motivos não podemos ter 100% dos fundos no IGCP e não se vislumbra essa obrigatoriedade por via da lei.

Em 2013 foi recomendada a prossecução da implementação das medidas de redução de gastos, no sentido de diminuir o peso dos gastos operacionais nas Vendas e Serviços Prestados, a qual foi possível em 2014, essencialmente devido ao cancelamento de espetáculos anteriormente previstos.

Lisboa, 27 de dezembro de 2016

O Conselho de Administração,



Cláudia Belchior



Sofia Campos



Rui Catarino



XI. Anexos do RGS

Ata 336

Pelas quinze horas do dia vinte e sete de dezembro de dois mil e dezasseis reuniu, na sede do Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E., sita na Praça D. Pedro IV, em Lisboa, o Conselho de Administração desta empresa, nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 1-A/2015 e pela Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2016 com a participação dos seguintes membros: -----

Dr. Cláudia Sofia de Oliveira Belchior, Presidente do Conselho de Administração-----

Dr.ª Sofia Pacheco de Campos Carvalho, Vogal do Conselho de Administração-----

Dr. Rui André Catarino Rodrigues Gonçalves, Vogal do Conselho de Administração-----

A reunião foi convocada e presidida pela vogal do Conselho de Administração Dra. Cláudia Belchior e os trabalhos iniciados com a aprovação da seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto único: Pedido de aprovação do Relatório do Governo Societário de 2014.-----

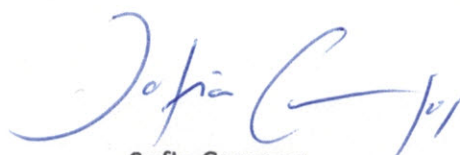
Sobre o assunto constante da ordem de trabalhos aprovada, foi tomada a seguinte deliberação:

O Conselho de Administração deliberou aprovar Relatório do Governo Societário relativo ao ano de 2014.-----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho de Administração declarou encerrada a reunião quando eram quinze horas e trinta minutos, tendo sido encerrada a presente ata, que reproduz, com fidelidade, os assuntos tratados e as deliberações tomadas, contendo uma folha de verso em branco, que vai ser assinada pelos membros do Conselho de Administração que estiveram presentes na reunião e vai ser inscrita no livro de atas de reuniões do Conselho de Administração do TNDMII E.P.E.



Cláudia Belchior



Sofia Campos



Rui Catarino



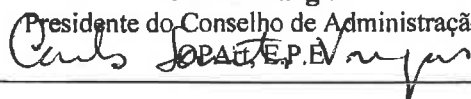
DECLARAÇÃO

Nome: **Carlos Manuel dos Santos Vargas**

Cargo: **Presidente do Conselho de Administração**

Declaro, para efeitos do n.º 1 do art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e do n.º 9 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, 27 de março, que não detive quaisquer participações e interesses patrimoniais no Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E., nem em qualquer outra entidade, nem mantive quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, no período compreendido entre 2 de dezembro de 2011 e 9 de janeiro de 2015.

Lisboa, 17 de outubro de 2016.

Carlos Vargas
Presidente do Conselho de Administração


(Declaração para o órgão de administração, para o órgão de fiscalização, bem como para a IGF)

DECLARAÇÃO

Nome: **António Maria Trigo de Lemos Taborda Pignatelli**

Cargo: **Vogal do Conselho de Administração**

Declaro, para efeitos do n.º 1 do art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e do n.º 9 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, 27 de março, que não detive quaisquer participações e interesses patrimoniais no Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E., nem em qualquer outra entidade, nem mantive quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, no período compreendido entre 2 de dezembro de 2011 e 9 de janeiro de 2015.

Lisboa, 17 de outubro de 2016.



(Declaração para o órgão de administração, para o órgão de fiscalização, bem como para a IGF)



DECLARAÇÃO

Nome: **Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões**

Cargo: **Vogal do Conselho de Administração**

Declaro, para efeitos do n.º 1 do art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e do n.º 9 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, 27 de março, que não detive quaisquer participações e interesses patrimoniais no Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E., nem em qualquer outra entidade, nem mantive quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, no período compreendido entre 2 de dezembro de 2011 e 9 de janeiro de 2015.

Lisboa, 17 de outubro de 2016.

(Declaração para o órgão de administração, para o órgão de fiscalização, bem como para a IGF)



DECLARAÇÃO

Nome: **Carlos Manuel dos Santos Vargas**

Cargo: **Presidente do Conselho de Administração**

No âmbito da prevenção de conflitos de interesse, prevista pelo art.º 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, declaro que me abstive de intervir nas decisões que envolviam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, no período compreendido entre 2 de dezembro de 2011 e 9 de janeiro de 2015.

Lisboa, 17 de outubro de 2016.


Carlos Vargas
Presidente do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.

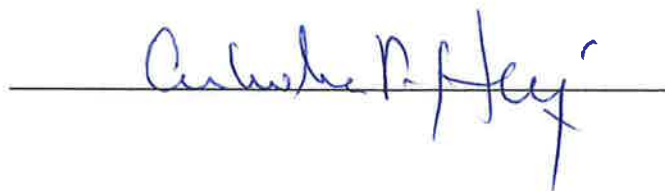
DECLARAÇÃO

Nome: **António Maria Trigoso de Lemos Taborda Pigantelli**

Cargo: **Vogal do Conselho de Administração**

No âmbito da prevenção de conflitos de interesse, prevista pelo art.º 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, declaro que me abstive de intervir nas decisões que envolviam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, no período compreendido entre 2 de dezembro de 2011 e 9 de janeiro de 2015.

Lisboa, 17 de outubro de 2016.





DECLARAÇÃO

Nome: **Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões**

Cargo: **Vogal do Conselho de Administração**

No âmbito da prevenção de conflitos de interesse, prevista pelo art.º 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, declaro que me absteve de intervir nas decisões que envolviam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, no período compreendido entre 2 de dezembro de 2011 e 9 de janeiro de 2015.

Lisboa, 17 de outubro de 2016.

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto, designadamente, no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea b) do nº 2 do artigo 14º dos Estatutos do Teatro, publicados em anexo ao Decreto-Lei nº 158/2007, de 27 de Abril, na qualidade de Fiscal Único, cumpre-nos apresentar o Relatório e formular o Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e os respetivos Anexos, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração do **TNDM – TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E.**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Ao longo do exercício acompanhámos com regularidade a gestão do TNDM II, E.P.E., tendo para o efeito efetuado reuniões e contactos regulares com o Conselho de Administração e com outros responsáveis do Teatro, tendo solicitado e obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários.

Procedemos igualmente à leitura e análise das Atas do Conselho de Administração, bem como de outros documentos que julgámos apropriados nas circunstâncias, incluindo informação financeira intercalar e a respetiva documentação contabilística de suporte, de forma a dar cumprimento às funções que nos foram cometidas.

No âmbito das nossas competências, procedemos à análise da informação trimestral disponibilizada pelo Conselho de Administração, incluindo os Relatórios de Execução Orçamental, tendo reportado as conclusões decorrentes das nossas análises, no âmbito dos Relatórios Trimestrais que elaborámos.

Procedemos igualmente à apreciação dos Planos de Atividades e Orçamento, para o exercício de 2015, tendo emitido o correspondente Parecer. Na sequência de solicitação do Conselho de Administração, expressámos ainda a nossa opinião sobre diversos assuntos relacionados com a atividade do Teatro.

No âmbito da nossa atividade contámos sempre com a disponibilidade e colaboração, quer dos membros do Conselho de Administração cessante, quer dos membros do atual Conselho de Administração, bem como dos diversos Serviços do Teatro, que nos prestaram com prontidão todos os esclarecimentos e informações que solicitámos.

Os princípios contabilísticos adotados estão em conformidade com os Normativos Contabilísticos previstos no Sistema de Normalização Contabilística, tendo os critérios de valorimetria adotados neste exercício sido globalmente consistentes com os que foram aplicados no exercício anterior.

No âmbito do processo de apreciação das contas do exercício, analisámos o conteúdo do Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, concluindo que o mesmo aborda de forma adequada a atividade do TNDM II, E.P.E., no exercício, quer na perspetiva da avaliação dos objetivos estabelecidos no âmbito das Linhas de Orientação Estratégica definidas, quer numa ótica de cumprimento das diversas orientações legais, quer ainda relativamente à análise da respetiva situação económico-financeira e ao grau de execução orçamental.

Juntamente com o Relatório de Gestão, o Conselho de Administração apresentou igualmente o Relatório de Governo Societário, de acordo com o estabelecido no nº 1 do artigo 54º do Decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e com o ofício circular n.º 01212, de 27 de fevereiro de 2015, da Direção Geral do Tesouro e Finanças, detalhando de forma adequada e completa os diversos assuntos relacionados com as boas práticas de governo societário, respeitando a estrutura definida pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Verificámos igualmente a conformidade da informação de cariz financeiro contida no Relatório de Gestão com a informação vinculada nos demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração.

Procedemos ainda à apreciação da Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, prevendo o reforço de reservas legais no montante de 10.072,69 euros e a aplicação do remanescente de 191.381,20 euros em resultados transitados, a qual está em condições de ser aprovada, dado que respeita as obrigações decorrentes das normas legais e estatutárias aplicáveis.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, e de acordo com o exigido, designadamente, no artigo 44º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas, sem qualquer Reserva nem Ênfase.

Face ao trabalho desenvolvido, entendemos que os documentos de prestação de contas referidos permitem uma boa compreensão da situação financeira do **TNDM – TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E.**, em 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado das suas operações do período findo naquela data.

PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Matérias relacionadas com as contas

Em conformidade com o descrito, e de acordo com a ação fiscalizadora desenvolvida, somos de parecer que as Entidades de Tutela do **TNDM II – TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E.:**

- (a) Aproveem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2014, apresentados pelo Conselho de Administração;
- (b) Aproveem a Proposta de Aplicação de Resultados expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, visando o reforço de reservas legais no montante de 10.072,69 euros e a aplicação do remanescente de 191.381,20 euros em resultados transitados, a qual está em condições de ser aprovada, dado que respeita as obrigações decorrentes das normas legais e estatutárias aplicáveis;
- (c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

2. Matérias relacionadas com a avaliação do desempenho individual de cada um dos gestores

Nos termos do disposto no nº 2 do artº 6º do Estatuto do Gestor Público, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, nas entidades públicas empresariais, a avaliação do desempenho dos gestores compete aos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo setor de atividade. Por outro lado, a RCM n.º49/2007, de 28 de Março, cujo n.º17 previa que os membros do órgão de fiscalização emitissem anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, foi revogada pelo artigo 74º do decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Não obstante, e face à solicitação expressa pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, a coberto do ofício n.º 01212, de 27 de fevereiro de 2015, compete-nos expressar a nossa opinião sobre o desempenho individual de cada um dos gestores.

Para o efeito, e dado que não foram celebrados contratos de gestão com o anterior Conselho de Administração, tomámos em consideração os diversos objetivos fixados nos últimos contratos de gestão celebrados, não obstante os mesmos não se encontrarem atualmente em vigor.

Importa ainda ter em consideração as limitações conhecidas relativamente à aplicação integral do estipulado nesses contratos, dado que previam a atribuição de uma componente de remuneração variável. No entanto, no âmbito das medidas adotadas pelo Governo no contexto do programa de assistência externa a Portugal, este tipo de remunerações foi suprimido, não sendo aplicáveis ao mandato do Conselho de Administração que exerceu funções em 2014.

Contudo, e apesar das referidas condicionantes, face à avaliação evidenciada no Relatório de Gestão, relativamente ao nível de execução das Linhas de Orientação Estratégica que foram assumidas (LOE), é possível apurar o seguinte nível de cumprimento dos diversos objetivos estabelecidos no âmbito dos últimos contratos de gestão celebrados:

Grupo de Indicadores	Objetivos fixados	Objetivos satisfeitos	% global de satisfação
Cliente	8	7	88%
Matérias Financeiras	5	3	60%
Promoção da imagem e atividade	4	4	100%
Otimização e qualificação recursos humanos	3	3	100%
Global	20	17	85%

De acordo com o exposto, expressamos uma opinião favorável sobre o desempenho dos atuais membros do Conselho de Administração do Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E., sendo de realçar os esforços desenvolvidos, e o sucesso alcançado, ao nível da manutenção do equilíbrio económico e financeiro da atividade.

3. Outras matérias

No âmbito do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, atento o solicitado expressamente pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a coberto do ofício anteriormente referido, confirmamos, tanto quanto é do nosso conhecimento, que o Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E., deu pleno cumprimento à execução das obrigações legais vigentes, relacionadas com a manutenção das reduções remuneratórias no exercício de 2014.

Nos termos do n.º2 do art.º 54º do decreto-lei nº133/2013, de 3 de outubro, expressamos ainda a nossa concordância com a informação constante do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, elaborado pelo Conselho de Administração e que constitui parte integrante do conjunto dos documentos de prestação de contas, entendendo que o mesmo dá pleno cumprimento ao exigido no capítulo II daquele diploma legal, tendo em consideração as especificidades do TNDM II.

Relativamente às demais orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado importa destacar o elevado nível de cumprimento das orientações legais aplicáveis ao Teatro nacional D. Maria II.

Contudo não foi integralmente assegurado o respeito pelo princípio da unidade de tesouraria do Estado, situação que se encontra justificada no Relatório de Gestão e que se prende com as necessidades específicas do Teatro. No entanto, o nível de cumprimento foi de 99.55% e a conta existente fora do IGCP não gerou rendimentos financeiros.

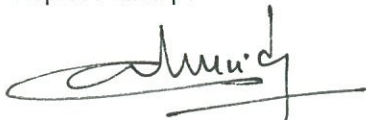
No que se refere às demais orientações não integralmente cumpridas, trata-se de situações marginais que, em nossa opinião, não afetam a avaliação claramente positiva no que se refere ao cumprimento das diversas orientações transmitidas pelas entidades de tutela.

Lisboa, 29 de maio de 2015

O FISCAL ÚNICO

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

DECLARAÇÃO

Em 29 de maio de 2015, na qualidade de Fiscal Único do Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E., emitimos o relatório e parecer do Fiscal Único relativos aos documentos de prestação de contas de 2014, elaborados pelo seu Conselho de Administração, em cumprimento do disposto, designadamente, no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea b) do nº 2 do artigo 14º dos Estatutos do Teatro, publicados em anexo ao Decreto-Lei nº 158/2007, de 27 de Abril.

Nesse mesmo parecer, e em cumprimento do disposto no nº 2 do art.º 54.º do decreto-lei nº133/2013, de 3 de outubro, expressamos ainda a nossa concordância com a informação constante do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, elaborado pelo Conselho de Administração em cumprimento do nº 1 daquela disposição legal.

Posteriormente, na sequência da análise desenvolvida pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), concluiu esta entidade que o referido relatório não reunia as condições para merecer a aprovação do titular da função acionista, tendo sido solicitada a sanção de algumas omissões, em grande parte de caráter predominantemente formal e outras que, de acordo com a nossa análise, não se revestem de particular acuidade no âmbito da atividade desenvolvida pelo Teatro.

Não obstante, e em cumprimento da determinação do titular da função acionista, o Conselho de Administração do Teatro reviu o conteúdo do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, de forma a colmatar as omissões que foram identificadas pela UTAM, tendo apresentado, com data de hoje, nova versão deste documento.

Naturalmente que, dado o hiato de tempo entretanto ocorrido, alguma da informação veiculada no referido documento encontra-se desatualizada, designadamente no que se refere ao mandato do Fiscal Único e respetivas condições remuneratórias, face a deliberações acionistas proferidas já no decurso do exercício de 2015.

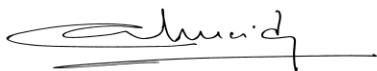
Não obstante, e em cumprimento do disposto o nº 2 do art.º 54.º do decreto-lei nº133/2013, de 3 de outubro, expressamos a nossa convicção de que o referido relatório cumpre com o conteúdo relevante de informação exigida pelo respetivo capítulo daquele diploma legal.

Lisboa, 27 de dezembro de 2016

O FISCAL ÚNICO

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

Inscrito na OROC sob o nº 691 e na lista de auditores da CMVM sob o nº 20160331